



CRÔNICAS DO SINAL FECHADO:
MERGULHOS NA DOR E NO AMOR

CAROLINA MONTE LAGUE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

CAROLINA MONTE LAGUE

**Crônicas do sinal fechado:
Mergulhos na dor e no amor**

Porto Alegre

2018

CAROLINA MONTE LAGUE

**Crônicas do sinal fechado:
Mergulhos na dor e no amor**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura.

Área de concentração: Psicanálise:
inconsciente e clínica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra
Djambolakdjian Torossian.

Porto Alegre

2018

Nome: Carolina Monte Lague

Título: Crônicas do sinal fechado: mergulhos na dor e no amor

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Míriam Debieux-Rosa
Universidade Federal de São Paulo (USP)
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Dr.^a Maria Marta Borba Orofino
Grupo Hospitalar Conceição (GHC)

Prof.^a Dr.^a Simone Zanon Moschen
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura

Aos meus pais,
pois cada um,
à sua maneira,
me ensinou a me importar.

Agradecimentos

À Sandra, pela orientação sensível, generosa e tão cheia de vida. Eu imaginava que seria assim, mas no fim das contas, foi ainda melhor. Você me ajudou a mergulhar sem ter medo. E, se o fiz, foi porque sabia que você estaria perto para me amparar e incentivar. Serei eternamente grata.

Às minhas queridas Laura e Yanisa, que, de parceiras na orientação do mestrado, se tornaram parte fundamental neste percurso e me proporcionaram a mais linda relação de irmandade, coberta de afeto, respeito, admiração, inteligência e amor. O mestrado se tornou inesquecível muito em razão de vocês. A “Tripla da Sandra” é especial.

Aos meus colegas da Fundação de Assistência Social e Cidadania, com quem compartilhei os momentos mais alegres e os mais tristes nessa caminhada em terras muitas vezes esquecidas, mas que teimamos em lembrar. Com quem mergulhei e, em alguns momentos, quase me afoguei. Que me seguraram e me ensinaram a seguir adiante. Aprendi com vocês o valor do trabalho em equipe. A FASC existe e resiste.

À Ana, Camila, Janete e Vera, queridas colegas de trabalho e também leitoras atentas e cuidadosas. Vocês fazem parte desta escrita.

À Marina, Mateus e Maria, colegas e parceiros do Grupo de Pesquisa, pelas leituras, apontamentos e pelo compartilhar de histórias e autores. Foi ótimo contar com vocês nessa jornada.

À Marta Orofino, Miriam Debieux-Rosa e Simone Moschen, por terem sido leitoras fundamentais em um momento fundamental que foi o início da pesquisa e que agora seguem leitoras com a escrita finalizada.

Ao Carlos Latuff que, ao me ouvir falar desta escrita, soube traduzi-la tão bem, presenteando-me com uma ilustração forte e sensível.

Aos colegas, professores e secretaria do Programa de Pós Graduação: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Obrigada pelas ajudas, trocas e disponibilidade.

E, especialmente, às Clarices, Franciscas, Julias e Pedros que compartilharam suas vidas comigo e fizeram desses encontros algo absolutamente inesquecível. Escrevo para vocês, acima de tudo.

RESUMO

Lague, C. M. (2018). Crônicas do sinal fechado: mergulhos na dor e no amor. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Esta é uma história que tem seu começo em abril de 2010 quando nasci como trabalhadora ao ingressar como psicóloga na Fundação de Assistência Social e Cidadania, órgão gestor e executor da política de Assistência Social da prefeitura de Porto Alegre. Mas ainda foi preciso nascer pesquisadora para resolver contar um pouco desta história. A escrita de crônicas iniciaram essa jornada que contou com a companhia de dois grupos de leitoras e que, por fim, me fez leitora de mim mesma. Pude me (re)encontrar com a pobreza e conhecer novos nuances nessa discussão, como o vislumbre das vidas precárias e a responsabilidade das elites e da classe média nessa espiral de marginalização e violência. Também pude me encontrar, finalmente, com o racismo. Discutir os seus traços brasileiros e repensar o lugar da psicanálise frente a este tema tão fundamental na constituição deste país. Por fim, entre mergulhos e caminhadas, novos horizontes se abrem.

Palavras-chave: Psicanálise. Assistência Social. Crônicas. Pobreza. Racismo.

ABSTRACT

Lague, C. M. (2018). Chronicles of the stop light: dips in pain and love. Masters Dissertation, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

This is a story that has its beginning in April 2010 when I was born as worker as psychologist in the Social Assistance Foundation and Citizenship, managing agency and executor of social assistance policy of the city of Porto Alegre. But it was still necessary to be born researcher to solve tell a little bit of this story. Write chronicles started this journey that had the company of two readers groups and, finally, made me reader of myself. I could (re)find poverty and meet new nuances in this discussion, as the glimpse of the precarious lives and the responsibility of the elites and the middle class in this spiral of marginalization and violence. I could also, finally, to find the racism. Discuss the brazilian traits and rethink the place of psychoanalysis in front of this issue so fundamental in the constitution of this country. Finally, between dives and hikes, new horizons are open.

Key-Words: Psychoanalysis. Social Assistance. Chronicles. Poverty. Racism.

SUMÁRIO

1. O nascimento de uma trabalhadora	11
2. O nascimento de uma pesquisadora	16
2.1. Escrevendo crônicas e abrindo caminhos para uma pesquisa	18
3. Crônicas do sinal fechado	22
3.1. “Crônica de uma iniciante”	23
3.2. “2016”.....	24
3.3. “A mãe órfã”	26
4. Contando histórias e escutando leitoras: uma metodologia	28
5. Leitoras: nas suas indagações, uma escrita se amplia	33
6. Dos encontros com a pobreza	37
6.1. As elites e os pobres: entre a proximidade e a separação na divisão de classes	55
7. Dos encontros com o racismo	59
7.1. Psicanálise: vamos falar sobre o racismo?	64
7.2 Racismo à brasileira/elite à brasileira	70
8. Entre mergulhos, ruínas e fundações: fissuras no sinal fechado	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

“Sinto-me uma alma tão vasta quanto o mundo, verdadeiramente uma alma profunda como o mais profundo dos rios, meu peito tendo uma potência de expansão infinita. Eu sou dádiva, mas me recomendam a humildade dos enfermos... Ontem, abrindo os olhos ao mundo, vi o céu se contorcer de lado a lado. Quis me levantar, mas um silêncio sem vísceras atirou sobre mim suas asas paralisadas. Irresponsável, a cavalo entre o Nada e o Infinito, comecei a chorar” (Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, p. 126).

1. O nascimento de uma trabalhadora

Esta é uma história que tem seu começo em abril de 2010 quando eu entrei em um novo mundo. Nele fui e sou testemunha e agente de diversas situações como psicóloga¹ da política de Assistência Social da prefeitura de Porto Alegre. Ela é contada a partir dos anos em que vi a ascensão e a posterior desvalorização de políticas sociais aos mais pobres, a criação de espaços de atendimento e a reflexão acerca de como operar pela ética da psicanálise num espaço estatal dentro das mais diversas demandas e sofrimentos. Presenciei o Estado Penal e repressor agindo e atingindo jovens, famílias e trabalhadores numa espiral de culpa e perseguição. Antes de tudo, caminhando da “brabeza” indignada da juventude para a firmeza que os anos podem nos agraciar, vi e vivi a miséria em seu estado puro, o horror da exclusão social se transfigurar quase como um monstro real nas ameaças, nas mortes, nos cachorros meio zumbis espalhados pelas vielas e corações abertos das vilas e das almas. Vi também humanidade, amor e nomes próprios onde não se costuma enxergar e escutar.

Esta é a história e o olhar de uma trabalhadora da Assistência Social, que durante os anos tenta se manter sensível aos relatos e vidas de quem a exclusão social deixa suas marcas. Como lidar com a miséria, a injustiça, a opressão e os golpes? No meu caso, escrevendo e valorizando a memória e a escuta frente ao cotidiano de morte e de vida. De horror e de amor.

Primo Levi (1988) dizia que o sonho mais recorrente daqueles que estavam enclausurados em campos de concentração era o de que, ao contar sobre as atrocidades que presenciaram e foram vítimas, seus familiares e amigos os ignoravam, não identificando a dimensão terrorífica de tal situação.

Guardadas as devidas proporções, acredito que escrever sobre os efeitos da pobreza e saber que isso será escutado ganha um sentido de reparação. Walter Benjamin (1994) aponta que, ao pensarmos na figura do narrador, temos que levar em consideração a existência de dois grupos: aquele que vem de fora, de terras estrangeiras, e aquele que está com seus pés enraizados em sua terra. Sinto que sou um pouco destes dois narradores: moradora e viajante nas comunidades de periferia e também moradora e viajante na cidade “oficial”, como uma brasileira potiguar e gaúcha. É, circulando entre esses mundos – sendo estrangeira e cidadã –, que venho contar as histórias de estrangeiros e cidadãos, também pensando se não estariam os mais pobres um pouco em “cada mundo”. Proponho narrar uma história ou histórias que

¹ Falo como psicóloga, pois este é o cargo que ocupo na Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Em outros momentos do texto também me identifico como psicanalista.

não tenham fim, pois são como a natureza humana: rica e mutante, frágil e carente, previsível e imprevisível.

Nesse sentido, no meio dessa travessia, algumas questões andam ao meu lado: quais os efeitos do trauma em quem (con)vive (com) as situações de desigualdade social e não encontra, muitas vezes, refúgio para a elaboração de seu sofrimento? Me refiro aos moradores de comunidades pobres no Brasil, em que o Estado se apresenta ora de maneira frágil e descuidada, ora de maneira brutal e violenta. Também lanço o meu olhar aos trabalhadores que exercem suas funções de anteparo àqueles marcados pela pobreza extrema e negligência.

Podemos pensar em um desamparo compartilhado, como indica Sandra Torossian (2011): “uns desamparados pelas condições de miserabilidade em que se encontram; outros, por buscarem elaborar o sofrimento produzido no encontro com a miserabilidade em seu trabalho cotidiano” (p. 176). Estamos todos juntos, buscando modos de sobreviver à sua maneira, sofrendo pelo horror cotidianamente vivido, sentido, deglutido. Trauma e escuta. Caminhos que se encontram numa tentativa de elaboração da violência e do desamparo que machucam a alma.

E, assim, se caminha, se observa e se é afetado pelo que se vê. A transferência se dá de diversas formas. Os corpos são oferecidos. As dores são divididas. E assim são elaboradas novas questões. Novos dilemas. Como escutar e intervir num mundo que não é seu? Como ser escutado quando se mergulha numa realidade em que a exclusão social parece ganhar contornos tão peculiares?

Mergulhamos em histórias e vidas que trazem os traços da violência e da exclusão. A desesperança parece permear os discursos e atuações de todos e não há como não sentir na carne o sofrimento de quem não consegue enxergar perspectivas de futuro para si e para as suas gerações. Como diria Ernest Bloch (2005) “a falta de esperança é, ela mesma, tanto em termos temporais quanto em conteúdo, o mais intolerável, o absolutamente insuportável para as necessidades humanas” (p. 15).

Seria isso o que acontece quando nos deparamos com situações traumáticas de que somos testemunhas através do nosso trabalho e dos laços transferenciais formados? Não há garantias de alteridade. Não há garantias de que nosso olhar não será crítico, medroso, preconceituoso.

Presenciar os efeitos da pobreza implica também em se posicionar em relação a ela e ao mesmo tempo respeitar, de várias maneiras, as constituições e elaborações possíveis de ser e estar dentro de comunidades em que a cidadania não é uma condição assegurada. Os seus

moradores não estão apenas excluídos dos bens materiais, mas também da posição de proteção e cuidado, sendo ainda alvos constantes da violência de Estado. Denunciar a pobreza não é o mesmo que denunciar o pobre, criminalizá-lo. Denunciar a pobreza também não é “glamourizá-la”, objetificá-la. É não aceitar que vidas sejam separadas em categorias de valor. E nós, que não somos eles, mas que estamos *com* eles, em certa medida, podemos ser interlocutores potentes e, ao mesmo tempo, ouvir e falar do trauma e dos efeitos desse encontro. Com sorte e/ou com azar, não sairemos ilesos disso.

Jeanne Marie Gagnebin (2009), de alguma maneira, consegue clarear alguns dos dilemas que busco espalhar por esse caminho, de uma elaboração que se descortina. Ela diz que:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2009, p. 57).

Ao pensar no traumático que pode advir da pobreza, tendo a acreditar que a miséria se constitui num crime de lesa-humanidade. Um crime cometido pelo Estado pelas mãos da opressão, da negligência e da violência. E não seria também a nossa função enquanto psicanalistas, assumir uma posição política e ética frente ao horror do desamparo social? Rosa (2004a) defende o resgate da “radicalidade da proposta psicanalítica” (p. 151) considerando justamente as dimensões políticas e éticas de sua atuação, buscando entender as razões para a manutenção da condição de sujeitos em “desamparo social e discursivo”, o que afeta diretamente quaisquer propostas de políticas públicas.

Essas são algumas questões que cercam esta travessia de pesquisa buscando encontrar na força da palavra e dos questionamentos uma razão para seguir apostando neste trabalho. Nesse sentido, Maria Rita Kehl (2000) convida à escrita: “escrever é um dos recursos de que podemos nos valer para inverter, ainda que precariamente, a posição passiva que experimentamos diante da catástrofe, e que nos causa tanto horror” (p. 139). Aos que irão ler essas linhas, optamos em dividir, como a autora sugere, as reflexões ao invés das intoxicações, na tentativa de “implicar o leitor na continuação da escritura e responsabilizá-lo através do pensamento” (Kehl, 2000, p. 145).

Tomo, por fim, as palavras de Boris Cyrulnik (2009) que diz:

Todo relato é uma defesa, uma legítima defesa. Sempre que pensamos em nosso passado, procuramos redefini-lo. Basta endereçar esse relato aos outros para modificarmos nossas relações, para deixarmos de nos sentir como sentíamos antes Todo relato é um projeto de libertação (p. 11).

Que esta escrita seja a libertação da frase que tem dificuldade em sair, das dores que não conseguem ser compartilhadas, do riso em meio ao pulsar da vida. Que se liberte o desejo, enfim.

Entendo que posso, ou melhor, devo refletir e escrever sobre como vivem aqueles que acompanhei, também como narradora de sua história, sabendo, porém, que, ao narrar as histórias deles, estou também narrando as minhas próprias. De fato, não há como ser diferente. Ao escutar suas histórias, também escuto as minhas próprias, pois dividimos momentos, angústias, algo possível pela via da transferência. É encontrar nas palavras de Paulo Freire (1987) um grito em tempos silenciosos e entorpecidos: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (p. 12).

E, assim, apresento esta caminhada por terras estrangeiras e familiares. Caminhada que me fez pesquisadora e produziu ora deslumbramento, ora estranhamento. A familiaridade e a diferença que nos aproxima na condição humana – nos aproxima no viver.

No capítulo seguinte, escrevo sobre o meu nascimento como pesquisadora em um momento delicado para as políticas públicas aos mais pobres, pois elas foram colocadas em xeque frente aos desdobramentos políticos do ano de 2016. Foi necessário me distanciar do cotidiano da trabalhadora, para assim me fazer nascer também como pesquisadora. Fui buscar na minha experiência com a leitura, entendendo a sua função transformadora, os primeiros passos para o nascer desta pesquisa. Aliada a isso, veio a escrita de crônicas que refletem a minha experiência de trabalho na Assistência Social.

No terceiro capítulo, intitulado “Crônicas do Sinal Vermelho”, apresento as três crônicas que produzi no início do percurso da pesquisa e que retratam o cotidiano, as reflexões, angústias e histórias vividas como psicóloga/psicanalista da política de Assistência Social no município de Porto Alegre. São elas: “*Crônica de uma iniciante*”, “*2016*”, e “*A mãe órfã*”.

No capítulo seguinte, “Contando histórias e escutando leitores: uma metodologia”, proponho uma discussão, sobre a leitura e os leitores, construindo minha proposta metodológica a partir de dois grupos de leitoras das três crônicas produzidas. O primeiro grupo formado por integrantes do grupo de pesquisa do mestrado e o segundo grupo por

colegas psicólogas da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) – órgão gestor e executor da política de Assistência Social em Porto Alegre.

Em “Leitoras: com suas indagações a escrita se amplia”, apresento algumas discussões feitas a partir dos encontros com os dois grupos de leitura e os desdobramentos para o andamento da pesquisa. Com a leitura das crônicas, os dois grupos trouxeram suas impressões e sugestões para o andamento das discussões do trabalho. E a partir desse caminho compartilhado por esses parceiros de caminhada foi possível ampliar as discussões sobre a desigualdade social e o racismo.

No capítulo 6, “Dos encontros com a pobreza” faço uma discussão a respeito do tema buscando referência na minha experiência de trabalho na política de Assistência Social. E no capítulo 7, “Dos encontros com o racismo”, discuto sobre as questões do racismo e do branqueamento levando em consideração também a minha trajetória no trabalho na Assistência Social que nem sempre me fez enxergar com nitidez merecida os efeitos do racismo no nosso país.

No último capítulo falo dessa jornada pelas letras, memórias e reflexões proporcionadas pela escrita da dissertação. Nos encontros com a pobreza e com o racismo no meu trabalho como psicóloga na Assistência Social pude mergulhar em águas de diversas profundidades e até me deparar com novos caminhos possíveis.

2. O nascimento de uma pesquisadora

Trabalhando na política de Assistência Social em Porto Alegre, sou testemunha ativa da miséria em seu estado puro. Aquela miséria de bens que teima em invadir a alma e que passa a ocupar um lugar tão grandioso que parece não sobrar espaço para muito mais. É o Estado negligente que não protege e não cuida, mas que se autoriza a produzir mais fragilidade e desamparo. É o terror de Estado que espalha a semente da violência e do medo. É o excesso e os excessos de um Estado quase aterrorizante frente ao seu descuido e suas ameaças. Apesar de tudo isso, minha função é escutar para além do que a miséria me força a ver. É encontrar rastros de vida onde parece haver só morte. É uma busca e um encontro com a fala para enfrentar o traumático. É a superação do gozo do horror para o advento da esperança. Em meio a tudo isso, me parece que o primeiro passo é sair da posição de saber, aquele do olhar do dominante frente ao dominado.

Assim, a vida perigosa e invisível deles, se torna, por algumas horas do dia, a minha própria. Algo me aproxima, já que me identifico, mas algo me afasta, afinal, sou também estrangeira. Estou ali por algumas horas, as horas de trabalho cumpridas por semana. Sou de uma classe social, que como assinala Miriam Debieux Rosa (2004a), usufrui de uma certa condição que movimenta a exclusão:

Nestas situações, a escuta supõe romper com o pacto de silêncio do grupo social a que pertencemos e do qual usufruímos; usufruto que supõe a inocência, a ignorância sobre as determinações da miséria do outro e a reflexão sobre a igualdade entre os homens, quando, de fato, o que fazemos é excluí-los (p. 155).

Em meio a toda a complexidade de um ano como 2016 – em que a primeira mulher eleita presidenta do Brasil foi destituída de sua função através de um golpe de Estado-jurídico-midiático – houve também espaço para mais um nascimento, pois a vida pode transbordar em momentos de desesperança. Ela teima em brotar mesmo numa terra maltratada, nos lembrando da força que nos impulsiona a seguir adiante.

O mestrado iniciado em um ano tão marcante e difícil, que me fez reconhecer que as conquistas sociais e a democracia não estão garantidas em nosso país, também possibilitou que eu nascesse uma vez mais. Agora, como pesquisadora. Mas, como bem sabemos, um nascimento não é um processo dos mais fáceis. Pelo contrário, ele exige força, perdas, dores,

descobertas e reinvenções. E foi assim, num misto de dor e delícia, que uma pesquisadora foi desabrochando.

E, no desabrochar de uma pesquisadora, os primeiros passos vão em direção à leitura. Desde o reencontro com livros e autores já conhecidos – aqueles amigos de longa data a quem recorremos frequentemente – até a introdução de novos livros e autores – novas amizades que tratam de nos mostrar um mundo cheio de outras possibilidades e nuances – vamos dando passos mais confiantes em direção a uma pesquisa. Sozinha e acompanhada por pessoas e por livros, numa trajetória de formação e transformação.

Considerando que meus primeiros passos como pesquisadora me conduziram à leitura, aceito o convite de Michele Petit (2013), que diz que, se no percurso de formação de um analista é importante que ele possa empreender a sua análise pessoal, aquele que se aventura a trabalhar com a leitura deve refletir sobre a sua trajetória como leitor. Assim, Petit, de tão apaixonada pelos livros, me fez lembrar da minha própria paixão por essa experiência tão singela e avassaladora que é a arte de ler. Pois, afinal, quem nunca foi invadido, ao terminar de ler um livro, um artigo ou mesmo uma frase, por uma sensação absolutamente clara de que a vida havia mudado a partir de então?

Quando nasci como leitora, desde muito pequena, estimulada pela inteligência e perspicácia de um tio – grande leitor que possuía uma biblioteca enorme e mágica – pude ver o papel transformador de uma leitura. Lembro de conservar por anos a fio, ao lado de minha cama, uma crônica de João Ubaldo Ribeiro (2001), intitulada *Memória de Livros*. Volta e meia, eu lia trechos dessa crônica, ora em voz baixa, ora em voz alta. Era um misto de encantamento e reverência pela forma como ele contava a sua história e de como os livros também tinham sido para ele um dos fatos mais importantes de sua existência e, quando criança, o melhor de todos os divertimentos. E agora, anos mais tarde, me ponho a escrever crônicas e falar da experiência de leitura como uma aliada no processo de uma pesquisa.

Por nascer pesquisadora em tempos tão difíceis, busco na leitura uma orientação e um desejo, mas também uma força. Petit (2013) assinala que a leitura tem o poder de dar sentido às experiências, a dar voz para a esperança, para o desejo e para as dificuldades. Ela pode ser uma força em momentos de fragilidade e impotência e, como vamos tentar demonstrar em nossa metodologia, uma abertura para o outro, um caminhar para um compartilhar. A leitura é uma via para o que há de mais íntimo em cada um, possibilitando um olhar para si e para a sua individualidade, podendo trazer à tona a nossa capacidade de resistência às adversidades (Petit, 2013). Regina Zilberman (2008) reforça esse olhar sobre a potência da leitura, ao nos

lembrar que, tanto na ficção quanto na “vida real”, “(...) os livros podem desencaminhar ingênuas donzelas, subverter a ordem e ameaçar os valores patriarcais” (p. 89).

Carolina de Jesus (2014), em seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, descreve de um jeito sensível e honesto o quanto a leitura e a escrita serviram como uma força para lidar com o horror da pobreza e do racismo em uma favela brasileira nos anos 50. Para ela, que não conseguia dormir à noite sem a companhia de um livro, a leitura era o seu ideal, e o livro a “melhor invenção do homem”. A escrita mais tarde a fez uma escritora conhecida em várias partes do mundo, mas, muito antes disso, os livros já a ajudavam a resistir às agruras do cotidiano de uma mulher preta e pobre e serviram para encontrar um certo colorido onde muitas vezes dizia só enxergar cinza.

Inspirada nessas mulheres, me volto a algumas páginas anteriores, em que afirmo que a escrita é a minha forma de resistência. Devo então ampliar esse olhar, pois a escrita é uma das resistências possíveis nesta caminhada. A leitura também conserva todos os elementos para uma posição de resistência frente à injustiça e ao desamparo (Petit, 2013). E, assim, entre os livros e a escrita, a pesquisadora desabrocha e a trabalhadora resiste.

2.1. Escrevendo crônicas e abrindo caminhos para uma pesquisa

Escrever e refletir sobre experiências de trabalho na Assistência Social se mostrou um pouco mais delicado do que eu poderia imaginar. Afinal, muitas vezes os limites do estritamente profissional é extrapolado e passa a ganhar ares de intimidade e proximidade excessivas. Um trabalho que nos deixa expostos, nossos corpos, nossos sentimentos. Um distanciamento parece uma tarefa quase impossível, mas, ao mesmo tempo, necessária. O primeiro passo é seguir o conselho de Mário Osório Marques (2011) de que é escrevendo que se escreve. Ele sugere que a escrita possa começar despreocupadamente, sem pressa, numa caminhada que não se sabe para onde vai nos levar, pois “(...) assunto puxa assunto, conversa puxa conversa, escrever puxa leituras que puxam o reescrever” (p.12). E, nessa arte de se deixar mergulhar pelas palavras e pelos caminhos inesperados, surgiram textos em formatos de crônicas: um dos primeiros passos no desenrolar da dissertação. Um texto acadêmico e um relato pessoal se encontram.

Ao decidir contar histórias que vivi e escutei, passo a me ver como uma cronista de vidas com quem compartilhei minha trajetória de trabalho, como numa tentativa de um

encontro. Um encontro entre mundos. O meu mundo de psicóloga branca de classe média e o mundo das pessoas que atendi como trabalhadora da Assistência Social, relegados em nossa sociedade a uma posição de não-cidadania pela sua pobreza econômica, acrescida, muitas vezes, pela sua pele negra e do fato de terem nascido mulheres. Assim, o escrever desta pesquisa também se torna uma aproximação do que se mostra tão separado na realidade das classes sociais. Um encontro, pelo menos em algumas linhas, escrito pelas mãos do desejo. A escolha de crônicas, como uma das condutoras desta escrita, busca dar sentido a isso.

Jeane Santos (2016) observa que a crônica é considerada uma escrita menor, mas também entendida como uma literatura muito brasileira. Esses dois aspectos fazem dela um instrumento rico para retratar o cotidiano sem pretensões rebuscadas, mas que muitas vezes encontra um resultado sensível e humano. A crônica tem algo da dinâmica do tempo colocada. Há algo nas relações mais simples, no olhar, no sentimento, num piscar de olhos, que captura uma escrita. Ela surge no momento em que os jornais passam a ter circulação periódica, retratando o dia-a-dia da cidade e seus habitantes por lentes atentas, sagazes e, muitas vezes, incomuns. Santos (2016) ainda diz que esses primeiros cronistas “(...) abandonaram a casa segura, canônica, domesticada da palavra livresca para se aventurar enquanto *flaneurs*, no olho da rua” (p. 97). Esses escritores atentos situam-se numa posição que Walter Benjamin (1984) aponta como *flanerie*. Dessa forma, “a crônica abandonaria a casa da palavra para se deixar ir, volúvel e volátil, para o coração das ruas” (Santos, p. 97). Eis uma bela maneira de pensar uma escrita.

A ideia de que a crônica seria um gênero menor, de certa forma, faz dela uma escrita mais próxima à vida, aos encontros e desencontros do cotidiano, e talvez, por isso mesmo, tão cheia de sensibilidade e humanidade. Do menor, faz-se a sua grandiosidade. Antônio Cândido (1981) constrói uma opinião generosa sobre ela:

Por meio dos assuntos, da composição solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despreensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão certa profundidade de significado e certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição (p. 6).

Das escritas despreensiosas nunca vi tamanho comprometimento com o olhar sobre o mundo. Aquele mundo ao redor e o mundo de dentro. Cândido (1981) diz que as crônicas – por sua leveza e acessibilidade – podem comunicar mais das vidas cotidianas de homens e mulheres do que um estudo formal a esse respeito. A escolha por escrever crônicas, como um

meio de contar histórias e pensar a vida, é esse caminho de leveza encontrado no meio da aridez com a qual muitas vezes me deparei, para, no fim, curiosamente acabar reconhecendo o que é leve no árido. Pois, afinal, como seria possível circular e viver no meio dos escombros deixados e construídos pelo Estado sem a existência de asas imaginárias feitas de superação? Alguns diriam que é o famoso “jeitinho brasileiro”; eu chamo de leveza da alma. Leveza da alma, mesmo nos corpos e corações terrivelmente machucados, talvez seja uma condição necessária para seguir vivendo.

Como a crônica possui essa característica de proximidade com o cotidiano, os temas por ela abordados ganham ares menos monumentais passando a ter contornos de “tom menor de coisa familiar” (Cândido, 1989). Com a ajuda dessa forma de escrita, tentarei fugir do discurso da pobreza-gozo, aquilo que causa tamanha estupefação frente ao incomum de vidas comuns. Ou o que Rosa (2004a) assinala como o “(...) que parece feito para saciar a curiosidade do outro, que passa mais por uma exposição do sofrimento para o deleite alheio, ou da exibição pelo grotesco – como se vê, frequentemente, na televisão” (p. 159). Ao escrever sobre pessoas e fatos que se encontram com a pobreza ou na pobreza, tento pensar que essa escrita é, como Michel Foucault (2006) já propôs, “uma antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas desditas e aventuras sem número, recolhidas numa mão cheia de palavras” (p. 89). Essas são as “vidas infames” ou “pessoas absolutamente destituídas de glória” (p. 93). Complexas, ricas e esquecidas e, por isso mesmo, tal qual uma resposta possível no meio da destruição que parece nos assolar, minhas protagonistas. Como assinala Boris Cyrulnik (2009): “O caos inventa incessantemente vidas inimagináveis.” (p. 24). Escrever sobre o encontro com pessoas esquecidas faz deste trabalho uma tentativa de ver com outros olhos e de falar uma outra língua que não as oficiais – representadas por aqueles que, apesar de se encontrarem em uma posição de privilégio social, falham em reconhecê-la.

O desejo desta pesquisa é poder situar a escrita na vida. Em vidas. Numa realidade que ultrapasse a barreira de dois mundos. Numa tentativa, mesmo que modesta, de que, por algum momento durante a leitura, ocorra um encontro de pessoas, simplesmente. Que uma alteridade seja possível.

Mas devo retomar o conselho de Osório Marques de que se inicia o escrever, escrevendo. E foi assim que a crônica constituiu, para mim, essa escrita leve, sem barreiras e pudores e, ao mesmo tempo, uma escrita que inaugura outras escritas, que tira a ferrugem e amarras para que se possa ir direto ao ponto.

Mas, além disso, era preciso me distanciar minimamente da posição de trabalhadora envolvida e estarecida com os caminhos que 2016 abriram (ou seria, fecharam?) para as políticas públicas direcionadas àqueles que se encontram à margem da sociedade. Indicação de alguns dos meus primeiros leitores, a banca de qualificação, que apontou a necessidade de sair da minha imersão no trabalho da Assistência Social para deixar vir a pesquisadora no mestrado. Nas páginas seguintes, demonstrarei como o compartilhamento das minhas crônicas com os pares, através da leitura, veio como uma solução possível, numa tentativa de ver no olhar do outro as possibilidades de temas e reflexões que as minhas escritas poderiam reverberar. Com a proposta de que colegas de trabalho na Assistência Social e do grupo de pesquisa do mestrado realizassem leituras individuais e em grupo das crônicas, foi possível traçar novos caminhos e reafirmar alguns outros nesta jornada de construção de uma pesquisa.

3. Crônicas do sinal fechado

Figura 1 – Sinal Fechado



Fonte: Latuff (2018)

A ilustração foi feita gentilmente por Carlos Latuff para esta dissertação

3.1. “Crônica de uma iniciante”

Mais um dia de trabalho terminava. Não fazia um ano que eu havia iniciado ali, mas era, geralmente, a mesma sensação que me invadia ao fim de mais uma jornada: angústia e dor. Não sabia como lidar com isso. Mas a sorte dos iniciantes é que muitas vezes temos como contar com aqueles mais experientes para nos explicar sobre as sensações e emoções da vida.

E foi assim que me foi dada como presente a seguinte frase, carregada de sabedoria e premonição: “Sabe o que está acontecendo? Você acabou de entrar em um túnel e você não sairá do mesmo jeito que entrou! Tudo será diferente a partir de agora...”

Naquele momento algo se iluminou, apesar da escuridão em que parecia me encontrar – mais tarde pude ver que aquela escuridão era o túnel que ainda não havia chegado ao seu fim. Ainda havia muito o que caminhar até encontrar uma saída, ou saídas, ou quem sabe, novos túneis – o agora famigerado ano de 2016 parece ser mais um. Aquelas palavras, que ganharam ares quase mágicos, serviram de lamparina para essa caminhada, ora apagando, ora iluminando com toda força esse trajeto desconhecido. Aos poucos, aprendi a andar por meio de pedregulhos de indignação, rochas de entorpecimento e labirintos de sentimentos.

Estas são histórias de reflexão, superação e perdas feitas nessa caminhada até o fim deste túnel. E sinto que por ter ido até o seu fim me ponho finalmente a escrever. Numa sensação de que agora sim, posso falar sobre o que vi, vivi e senti, tal qual um misto de forasteira e desbravadora, que passado o trauma do acontecimento, pode olhar seus passos e ter a sensação de que eles já não são mais só seus. Aqueles passos se incorporaram ao mundo, fazem parte da terra marcada pela sua pisada e pelo seu suor. Mas ao mesmo tempo em que aquele lugar foi se modificando a cada pedaço deixado pelo caminho, a forasteira-desbravadora também foi mudando. Leva consigo um pouco da terra em seu corpo, a terra formada pelos encontros de dor e de amor. É que de repente, o que era o desconhecido passa a ser também o familiar, passa a ser, o compartilhado. Afinal, nas falas mais íntimas, nos olhares mais contemplativos e nos gestos cheios de significados dá-se um encontro. E ao olhar para trás nos damos conta, enfim, que esse túnel foi construído por todos nós, nos encontros e desencontros dessa jornada. Esta história é, portanto, nossa. E ela ainda está acontecendo...

3.2. “2016”

Com o tempo percebi que nascemos várias vezes durante a vida. Podemos nascer de novo depois de um luto, de uma mudança de cidade e até depois de uma briga, daquelas que fazem ruir algumas certezas. Tenho uma colega que foi ter sua primeira grande perda aos 60 anos, quando seu pai faleceu. Ela, uma mulher decidida e forte, ruiu frente aquele desalento. Não conseguiu se reconhecer. Como coordenadora de um abrigo de crianças e adolescentes, é uma figura de certeza no meio das incertezas nesse espaço de acolhimento e de passagem. E, numa bonita mudança de papéis, recebeu o apoio das crianças que experimentaram desde cedo o significado das perdas e retomadas. Isto também me faz pensar que durante a vida colecionamos muitas idades. Aquelas crianças que a apoiaram no seu momento de perda, por exemplo, eram senhoras experientes na arte de viver e prosseguir.

Sobre as minhas vidas, recordo o momento em que me formei em psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O plano era trabalhar com políticas públicas aos mais pobres, mas o sonho era fazer isso na prefeitura de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Terra minha e de meu pai, que amava voar e que no seu último voo de vida, tendo como cenário as belas terras cariocas, selou as novas vidas de sua esposa potiguar e de suas duas filhas. E assim partimos para encontrar um lar em terras maternas.

Morando desde pequena em Natal e acostumada com o calor do sol e humano da cidade, ir para Porto Alegre não era exatamente uma decisão fácil, mas ao mesmo tempo fazia todo sentido. A passagem de um Rio Grande pra outro significava retomadas de laços, construção de outros, descoberta de si. Significava, enfim, sair do lugar em que fui criada para renascer, justamente, no lugar que nasci.

Em 2010 realizei o meu sonho. Fui nomeada psicóloga da Fundação de Assistência Social e Cidadania, órgão gestor e executor da política de Assistência Social da prefeitura de Porto Alegre. Lá fui eu trabalhar em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social numa das regiões mais populosas e vulneráveis de Porto Alegre. Renasciam, então, raízes que um dia foram retiradas bruscamente. Foi aí que me dei conta o quanto pode ser difícil quando conseguimos, finalmente, realizar um sonho. Muito fácil transformá-lo em fato corriqueiro e sem importância, afinal, o sonho paga um preço pelo cotidiano. É fato que ele perde o seu caráter etéreo e mágico, mas gosto de pensar que ele ainda é sustentado pelo desejo, antes de tudo, e segue nos conduzindo nos momentos bons e ruins. Foram muitas aventuras e desventuras nestes sete anos: dores, precarização do

trabalho, ameaças de morte, assassinatos de pessoas que me falavam de suas necessidades, alegrias e medos. Mas apesar de todas estas dificuldades, sempre senti que todos estávamos ajudando a construir uma política pública forte. A criação do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, era uma clara tentativa de olhar os mais pobres para além de práticas puramente assistencialistas. Para mim, significava uma declaração pública do Estado de que a desigualdade social era reconhecida no Brasil. E foi neste contexto que nasci trabalhadora. O nascimento de uma trabalhadora sob o governo do Partido dos Trabalhadores. Construimos o SUAS em Porto Alegre. Discutíamos maneiras possíveis de trabalhar levando em consideração as peculiaridades de cada território. Escrevíamos documentos e pedíamos ajuda ao Ministério do Desenvolvimento Social. Havia uma sensação de diálogo e possibilidades apesar de todas as dificuldades encontradas no meio do caminho.

Depois de quase cinco anos vivendo intensamente as funções de uma trabalhadora do CREAS, fui chamada para trabalhar como supervisora de abrigos e casas lares da cidade. Uma área ainda pouco vista e debatida dentro do SUAS. Mais uma aventura na qual resolvi mergulhar. A verdade é que não é fácil, nunca foi, cheguei a repensar várias vezes se valia a pena prosseguir, mas as trocas cotidianas e investimentos federais faziam com que o meu sonho conservasse algo de mágico apesar da realidade muitas vezes sufocante.

Até que 2016 chegou. Ano dos mais difíceis. Ano dos fatos inacreditáveis, do aperto no peito e do descrédito na nossa democracia. De repente, o que era construção passou a ser destruição. O diálogo foi substituído por decisões arbitrárias. O que para mim e a minha geração parecia um passado distante se tornou uma realidade cruel e ameaçadora. Eu, que nasci e me fiz trabalhadora numa outra realidade, de repente, me vi naufragada num mar de incertezas e desesperança. Neste mar violento e ameaçador há uma criatura a nos espreitar.

Passada a fase de entorpecimento sinto que é a hora de um novo nascimento. Nascimento feito de reinvenção. Reinvenção sustentada pela resistência. Resistência amparada pelo conhecimento, lucidez e desejo. Talvez não saibam, mas no meio das ruínas encontramos todo o material para levantar novas fundações, novos lugares, novos sonhos. E por ser ainda o meu sonho, me ponho a escrever. Esta é a minha resistência!

3.3. “A mãe órfã”

Uma jovem mulher com um passado pouco acolhedor, com um presente violentador e com um futuro que parecia trazer mais dívidas que dívidas. Essa é a história de Francisca, que com apenas 30 anos, se viu enredada num enredo de vida dos mais difíceis. Desde cedo não conseguiu receber o amparo dos mais próximos frente as suas questões. Sua fragilidade subjetiva pedia mais, mas a pobreza da família e dos conhecidos só aumentava a sensação de falta de lugar no mundo. Desde cedo resolveu encará-lo, mas também logo cedo percebeu que ele podia ser muito duro. Morou na rua, hipotecou o corpo e machucou a alma. Passou a beber e a “cheirar” para aliviar a dor que teimava em aparecer. Teve seis filhos, alguns homens que viraram companheiros, outros que viraram inimigos, algumas casas, alguns mundos... Nessa jornada, cinco de seus seis filhos foram levados pelo “Estado”, pois este dizia que sabia cuidá-los melhor que ela. Os órgãos da lei e de “proteção” (de quem?) diziam que ela não era uma boa mãe. Acreditou! Que rótulo dos mais difíceis para uma mulher carregar numa sociedade que ainda não sabe cuidar de suas mulheres! E assim, passou a tentar equilibrar a sua vida entre a liberdade culpada das ruas e as cobranças insensíveis e incessantes da lei e do Estado. A sua condição social, e para “complicar”, o seu gênero e a sua cor, estavam marcados nas suas andanças pela rua e pelos espaços de atendimento. Não havia jeito, esses traços fortes, que mais pareciam um desenho inteiro, traziam seus efeitos das mais diversas maneiras.

Procurou o CREAS a primeira vez para dizer que queria muito ver seus filhos novamente, mas não conseguia contato com o abrigo. Mais tarde entendi que essa “falta de contato” era a dificuldade em ser compreendida. Era falta de amor e excesso de horror do outro. Essa mãe, nas suas diversas tentativas, recebia frequentemente, em retorno, a culpa e a cobrança. Passou, então, a frequentar e ter como referência o espaço de atendimento da Assistência Social. Sentiu que ali havia espaço para outras Franciscas. Havia espaço para a sua Francisca. Intermediei contatos com a rede de atendimento: saúde, abrigo, trabalho, habitação... Fui sua fiadora no mundo ao mesmo tempo em que senti um pouco na pele as suas dificuldades de estar no mundo.

Não é fácil ser uma mulher e uma mãe pobre. Há um preço a se pagar por ter nascido numa condição social em que o seu valor como ser humano não é o mesmo que o de outros. Diz que está preparada para ver seus filhos, mas recua. É consumida pela culpa. Retorna às ruas. Depois volta para seu companheiro, um homem mais velho, protetor e

agressor. Recuos, avanços, repetições, elaborações, escuta, fala. A acompanho em seu exame pra ver se está novamente grávida. Não tem coragem de abrir. Precisa de alguém naquele momento. Afinal, ela também precisa de proteção e cuidado. Abro: está grávida novamente! A acompanho quando vê que o vitiligo de sua filha, a que ainda não foi levada pelo Estado, cresce à medida que suas incertezas e fragilidades aumentam. E a acompanho quando me liga no primeiro horário da manhã chorando e gritando, num desespero assustador, que não tem condições de cuidar dos dois filhos que ainda lhe restaram. Vou ao encontro deles. Mais parece um resgate! Mas ela não suporta e mais uma vez segue o destino que acreditou ser seu: Rua, agressões, desesperança. Francisca vai, mas ela volta. Alguns retornos cheios de vergonha. Como é difícil ser mulher! Como é difícil ser mãe! Uma mãe pobre então... Essa mulher não pode ser a mãe que consegue ser. À mãe pobre é exigido o comportamento de mãe rica, sem a riqueza.

E assim Francisca segue a sua vida, imagino... buscando abrigo, desfazendo laços, apertando corações... tentativas sem fim de cuidar e ser cuidada.

4. Contando histórias e escutando leitoras: uma metodologia

Após traçar, em algumas linhas, a minha experiência pessoal com a leitura e a sua importância no trajeto do mestrado, passo agora a situá-la como um valioso instrumento para a metodologia da pesquisa que vai se constituindo. No momento da qualificação do projeto de pesquisa, pude contar com uma banca leitora que apontou caminhos possíveis no meio das várias brechas deixadas por uma escrita que supunha uma promessa. Afinal, um projeto tem algo de uma abertura para novas possibilidades. Dentre as várias contribuições da banca, estava a importância de um distanciamento entre a pesquisadora e a trabalhadora, missão das mais “espinhosas”, considerando que o trabalho ganhou intensidade peculiar frente ao horror do Brasil pós-golpe.

É possível dizer que essa tentativa de me tornar uma pesquisadora ocorreu com a minha entrada no mestrado e se estendeu até o momento da escrita final da dissertação. Foram incontáveis as situações em que a trabalhadora assustada organizava invasões sistemáticas e indesejáveis em momentos em que a escrita e algumas elaborações eram necessárias. No processo de pesquisa, invasões produzidas pelas constantes preocupações e o torpor causados pela crescente precarização da política de Assistência Social na cidade e no país e que, por vezes, promoviam um sentimento profundo de angústia; uma angústia que mais imobilizava a elaboração de uma escrita do que a fazia caminhar. Mas eu sabia que era preciso seguir adiante e não ser tomada pelas notícias cotidianas de cortes de investimento, de luz e telefone nos espaços públicos dos serviços em que desenvolvo meu trabalho.

Num desses momentos de incerteza e invasão veio a ideia de que a leitura de minhas crônicas pudesse ser compartilhada com grupos de pessoas que se relacionem com a pesquisadora e a trabalhadora que sou, com o intuito de que pudessem ajudar a me encontrar com a escrita, fazer escolhas e cortes – necessários e bem-vindos – para o desenrolar da pesquisa. E foi assim que recorri aos colegas do grupo de pesquisa do mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a algumas companheiras de trabalho da política de Assistência Social na prefeitura de Porto Alegre, estas convidadas por terem compartilhado, no decorrer da minha trajetória profissional, momentos de reflexões, angústias e decisões.

Após definir os meus aliados nessa empreitada, foram se delineando as maneiras disso acontecer. Partindo do conceito da leitura como uma experiência pessoal, mas também como um compartilhamento (Petit, 2013), foi proposta a criação de dois grupos de leitura das três

crônicas produzidas no início do trajeto da pesquisa, apresentadas no capítulo 3 deste trabalho. Cada leitor que compunha cada um dos “grupos de leitores” foi, então, convidado, em momentos distintos, a lê-las individualmente para que depois se reunissem, na leitura das crônicas em grupo.

Os primeiros encontros ocorreram com o grupo de pesquisa do mestrado, entre mestrandas e orientadora. Como ele foi o grupo em que iniciei esse processo de leituras o chamarei simplesmente de **primeiro grupo de leitoras**². Todas as suas integrantes tinham formação em psicanálise e também, de alguma forma, estavam inseridas ou transferenciadas com o trabalho em situações sociais críticas. Esses encontros ocorreram em duas tardes com o intuito de lermos e discutirmos as crônicas e, ao mesmo tempo, serviram para aprimorar a metodologia proposta – tarefa que o grupo abraçou, sugerindo desde a maneira como eu deveria me portar durante as discussões até quem eu poderia convidar para compor o segundo grupo de leitores e quais as sequências de leitura. Dentre as contribuições, foi assinalada a necessidade de eu escutar mais e fazer perguntas pontuais, caso eu percebesse que alguma afirmação deveria ser mais esclarecida. Também observaram a necessidade de que meus leitores estivessem atuando em áreas diversas na Assistência Social e que fossem de grupos raciais diversos, considerando que, nos meus textos e nas minhas reflexões, as questões envolvendo o racismo e o branqueamento estavam ganhando cada vez mais a minha atenção. No entanto, a tarefa principal do grupo se manteve: a leitura e a discussão das crônicas, pois, considerando que se elas surgiram no início como uma maneira leve de começar a escrever, seria também a partir delas que eu iria encontrar as pistas que me levariam à continuação do processo da minha pesquisa, e os grupos de leitura iriam me ajudar a encontrar essas pistas deixadas pelas palavras e frases que escrevi no início deste percurso.

Duas semanas depois, foi realizado um encontro com o **segundo grupo de leitoras**, formado por três psicólogas e uma estudante de psicologia inseridas na política de Assistência Social no município de Porto Alegre. Ele era constituído de profissionais que naquele momento ocupavam as mais diversas funções dentro da prefeitura, como a coordenação de um setor estratégico da política, a supervisão em Centros de Referência de Assistência Social, o atendimento direto à população em situação de grave desamparo social e o estágio em um espaço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Com a orientação de que as leituras deveriam ser realizadas primeiramente de maneira individual, encaminhei as três crônicas por e-mail salientando que as leitoras tinham a

² Considerando que havia apenas um homem no primeiro grupo e também uma marcante presença feminina nesta escrita, entre leitoras, pesquisadoras e trabalhadoras, optei por identificar os grupos no feminino.

liberdade para fazer quaisquer observações que achassem pertinentes. Cerca de uma semana depois da leitura individual das crônicas, cada grupo foi convidado a se reunir em uma sala do prédio do Instituto de Psicologia da UFRGS para lê-las em conjunto e em voz alta. Logo após essa leitura, no mesmo encontro, passei a indagar as participantes sobre o que havia lhes chamado atenção em cada crônica lida, para depois ouvir delas sugestões sobre as temáticas que aquelas escritas estavam sinalizando e que poderiam conduzir a pesquisa a partir de então.

Observamos nesta metodologia, em que estão presentes leituras individuais e em conjunto, uma aposta na potência dos leitores e suas indagações na produção de novos sentidos. Quando os nossos textos são lidos eles deixam de ser só nossos e passam a ganhar novos ares e formas, pois a leitura nos escapa (Petit, 2013). Petit (2013) enfatiza a posição ativa do leitor, que, ao ler, empreende um considerável trabalho psíquico, pois se apropria do texto e faz dele algo seu, com tudo o que está em jogo em sua subjetividade: os seus desejos, suas fantasias. Durante nossos encontros de leitura, eram frequentes afirmações de que os textos as remetiam às suas próprias experiências e as faziam pensar em sua prática de trabalho. Esse lugar ativo do leitor pode ser, inclusive, a força motriz para o advento de um escritor (Petit, 2013). Daí também a necessidade de situar a minha posição de leitora para, então, vir à tona a escritora.

Birman (1996) destaca que a leitura assume a posição de outro da escritura, o que faz da apropriação do texto um processo de produção de sentido. Assim, é possível afirmar que não há escritores sem a leitura e não há uma escrita sem leitores. Dessa forma, a leitura nesta pesquisa adquire uma espécie de dupla função: para escrever, fui leitora e, depois da escrita, recorro aos leitores.

A posição ativa do leitor é uma das características desse processo, mas não a única. Birman (1996) aponta que na leitura estão presentes duas operações fundamentais, nomeadas por Barthes e Compagnon de reconhecimento e compreensão, e cada operação implica numa posição diferente do sujeito frente à leitura. No reconhecimento, o leitor, tomado pela surpresa da escrita, é de alguma forma conduzido pelo texto, assumindo uma posição passiva em relação ao que lê. Na operação de compreensão, o leitor vai em uma direção oposta, pois toma para si a posição de intérprete daquele texto, reordenando-se frente ao impacto que a leitura produz e dando novos sentidos àquilo que lê. Se no reconhecimento há uma desconstrução do leitor, na compreensão o leitor se reconstrói (Birman, 1996). Contudo, Birman encara essa oposição de uma maneira menos absoluta, pois, levando em consideração

as noções psicanalíticas de sujeito do inconsciente e do desejo, entende que, frente ao impacto da leitura, é o texto quem faz o reconhecimento do leitor.

Esse reconhecimento do leitor pelo texto assinala uma desconstrução do sujeito, mas também aponta a “positividade do seu desejo” (Birman, 1996, p. 57). Isso porque o impacto causado pela leitura faz com que, ao interrompê-la, o leitor entre em suspensão e passe a refletir a respeito daquilo que leu para, posteriormente, recentrar-se e retomar a leitura desde onde parou (Birman, 1996). Embora assinale que as operações de reconhecimento e compreensão não ocorram durante toda a leitura, podemos entender que o que está em jogo é a subjetividade do leitor e a possibilidade de se (re)conhecer após ler um texto. E é daí que vem a sensação de que uma mudança se produziu em nós a partir de determinada leitura (Birman, 1996).

Indo nessa mesma direção, Zilberman (2008) aponta para a relação dialogante entre leitor e texto, pois aquele que o lê carrega a sua própria história com a leitura e com saberes oriundos delas, enquanto que a obra lida também é tocada pelas construções de sentido produzidas pelo leitor. O leitor e a obra encontram-se, portanto, num processo em que um é influenciado pelo outro. Além disso, pode-se dizer que já se conhece algo de uma obra antes mesmo de “passar de olhos” nas primeiras palavras ali contidas, isso porque, muitas vezes, o leitor já possui algum conhecimento prévio a respeito do autor ou daquela obra.

No caso da minha metodologia, as minhas leitoras são colegas de mestrado e de trabalho, que conhecem as minhas trajetórias nessas duas áreas e sabem, em alguma medida, quais os caminhos que venho delineando como pesquisadora. Evidencia-se, assim, a posição do leitor enquanto parceiro do texto que lê, estabelecendo uma relação dialógica que é a base do processo de leitura (Zilberman, 2008).

Assim, foi a partir da referência de que o leitor é um parceiro dialogante com a obra que foi possível construir o processo de metodologia desta pesquisa. A leitura ganhou uma posição de destaque por conter um aspecto que entendo estar presente em todo o meu trajeto como trabalhadora e como pesquisadora: o compartilhar com aqueles com quem cruzei caminhos. Tal qual Dorothy, personagem de *O Mágico de Oz*, livro de L. Frank Baum (1939/2013), que, a cada passo rumo ao seu objetivo, encontra novos parceiros na caminhada pela tão conhecida e desconhecida estrada de tijolos amarelos. No entanto, esses parceiros não são meros ajudantes de sonhos daquela jovem em transformação, eles também têm suas próprias aspirações, caminhando cada um à sua maneira e definindo novos jeitos de se chegar ao lugar almejado.

Tanto na pesquisa quanto no trabalho na Assistência Social, pude contar com grandes companheiros de viagem, os quais, com ações e palavras, me ampararam e me ensinaram o valor do compartilhar e a força das novas experiências. Na “*Crônica de uma iniciante*”, dou uma amostra de como foi a caminhada na estrada de tijolos amarelos:

Aquelas palavras, que ganharam ares quase mágicos, serviram de lamparina para essa caminhada, ora apagando, ora iluminando com toda força esse trajeto desconhecido. (Crônica “Crônica de uma iniciante”)

A leitura das crônicas e a posterior troca de impressões com os dois grupos de leitores fez com que a minha leitura das mesmas também pudesse ser ressignificada, criando a possibilidade de ampliar o meu olhar para além daquelas linhas que eu havia escrito. No momento em que reconheço a força da leitura e de leitores, passo a compreender a minha escrita para além das minhas próprias impressões, pois também passo a ver os meus textos a partir do olhar do outro. As crônicas, finalmente, deixaram de ser apenas minhas e passaram a ser de todos.

Por isso, observo que, quando escrevemos e endereçamos uma escrita para leitores, ela realmente deixa de ser só de quem a escreveu. E, ao escutar os leitores, um escritor pode se transformar em um leitor de si mesmo. Uma junção importante entre escrita e leitura, em que leitor e escritor não estão separados e se põem a dialogar entre si.

Mais uma vez, remeto-me à valorização do compartilhar presente na escrita da “*Crônica de uma iniciante*”: “(...) *a sorte dos iniciantes é que muitas vezes temos como contar com aqueles mais experientes para nos explicar sobre as sensações e emoções da vida*”. O que seríamos sem as palavras e a escuta daqueles com quem compartilhamos experiências? A quem falaríamos se não tivéssemos ouvintes? A quem escreveríamos se não tivéssemos leitores? Chego à conclusão de que escrever e ler são a celebração do encontro e do compartilhar.

Foi assim, com a ajuda de leitoras atentas e envolvidas, perdendo um pouco do controle da minha própria escrita para que elas ganhassem outras maneiras possíveis de estar no mundo, que foi possível escrever sobre alguns caminhos de escuta e intervenção no trabalho da Assistência Social. As crônicas e seus leitores serão meus companheiros de jornada e me ajudarão a caminhar pela estrada de tijolos amarelos até o fim destas linhas. Portanto, entre leitura e escrita, entre o sozinho e o compartilhado, há forças de vida que me levam adiante e que me põem em posição de luta após o luto. O sinal verde se abre.

5. Leitoras: nas suas indagações, uma escrita se amplia

Aos dois grupos de leitoras, foi designada uma tarefa vital para o transcorrer da escrita da dissertação. Ainda a partir das leituras das crônicas, as integrantes deveriam sugerir quais temáticas eu poderia desbravar na pesquisa; e foi assim que pude identificar três temas que mais se destacaram entre as discussões nos dois grupos.

Em primeiro lugar, todas concordaram que as questões envolvendo o meu trabalho como psicóloga na política de Assistência Social e as reflexões sobre desigualdade social e intervenções em situações sociais críticas estão presentes em todas as crônicas, sendo sugerido que eu seguisse escrevendo a respeito. Foi uma indicação que não trouxe surpresas, considerando que a minha trajetória profissional e de estudos, nesses últimos anos, vem caminhando por esse universo – o que as integrantes dos dois grupos de leitura também sabem.

Foi também sugerido que eu escrevesse sobre as questões de gênero, dada a sua presença na escrita e no quanto isso tocava os dois grupos, que, com exceção de um membro, eram formados por mulheres. Ao falarmos do trabalho na Assistência Social, podemos destacar a presença feminina maciça em diversos cargos e funções, como exemplificado pelo segundo grupo de leitoras. São, como uma delas apontou, “mulheres atendendo mulheres”, já que nas comunidades mais pobres é muito comum vermos as mães, esposas e filhas assumirem o cuidado e a responsabilidade integrais de suas famílias.

Contudo, sabemos também que há o muro da classe social dividindo tais mulheres, o que faz com que não sejam apenas mulheres atendendo outras mulheres, algo problematizado nas discussões com o segundo grupo de leitoras. Elas passaram a se interrogar acerca de até que ponto puderam ser sensíveis às demandas e necessidades das mulheres que atendiam. Inclusive, perguntando-se se, em algum momento, naturalizaram o lugar que era atribuído àquelas mulheres – de que seriam elas as maiores responsáveis pelo seu núcleo familiar –, poupando ou desconsiderando muitas vezes os homens no compartilhamento de tal função.

O terceiro tema que se destacou nas discussões foi o racismo. De fato, o racismo e o branqueamento passaram a ser, nos últimos dois anos, alvos de meu interesse, principalmente em função do aumento de minhas reflexões sobre como essas questões são tratadas (ou não) no trabalho dentro da política de Assistência Social. Então, faz sentido que, mais uma vez, as minhas colegas de pesquisa e de trabalho, ao lerem as crônicas e também por acompanharem o meu trajeto nos últimos tempos, tenham apontado esse interesse.

A partir desses três temas e apesar do meu interesse em escrever sobre cada um deles, foi necessário fazer uma escolha – movimento essencial em se tratando de uma pesquisa de mestrado. Por isso, escolhi seguir com as minhas discussões a respeito da **desigualdade social**, impulsionadas pelo meu trabalho na Assistência Social, introduzindo à essa questão o tema do **racismo** e do branqueamento, motivos de uma reflexão crescente como profissional e cidadã.

Instigada por essa discussão e lembrando de tantas situações que vivi como trabalhadora, proponho trazer recortes de momentos vivenciados na minha experiência profissional e também através das discussões nos grupos de leituras. São, como escreveu Borges (2017) “experiências extraídas do chão do mundo vivido”, que passam a habitar as próximas linhas.

Pensando nos diálogos promovidos com os dois grupos quando nos reunimos para ler as crônicas e discuti-las, uma das afirmações recorrentes, como já havia mencionado, era o do quanto aqueles textos as faziam lembrar de histórias que elas próprias viveram ou do quanto se identificaram com os dilemas trazidos como trabalhadora da Assistência Social. Uma das integrantes, também colega na Assistência Social, chegou a afirmar que tinha certeza de que eu estava me referindo a algumas situações que compartilhamos no cotidiano de trabalho.

São demonstrações da posição ativa do leitor em relação à obra e do quanto os conhecimentos prévios sobre uma escrita ou um autor podem ter influência a respeito do que se lê. Ao falarem sobre o que as leituras lhes provocaram foi possível sentir os efeitos que aquela escrita produziu em algumas delas através de afirmações como: “Essa leitura, quando li a primeira vez, me causou uma sensação de espanto! Um sufoco!” e “Arrepiei, sinto isso sempre que a leio”.

Algumas disseram que muito do que estava ali de angústia com o fazer cotidiano as remetia ao seu início como trabalhadoras: das dificuldades em lidar frequentemente com a miséria vivida pelas pessoas que atendiam e de como podiam se sentir muitas vezes confusas e desamparadas após um dia de trabalho. Sabiam que lhes esperava uma cama e um chuveiro quentes quando chegavam em suas casas, mas o mesmo não se podia dizer daqueles que seguiam morando nas vilas-favelas gaúchas. Isso me faz lembrar o quanto cada chuva mais forte ou onda de frio mais intensa faziam a minha cama e o meu chuveiro parecerem menos confortáveis e quentes, pois logo lembrava daqueles que eu acompanhava, que, na melhor das hipóteses, tinham um colchão e um banheiro improvisado dentro de suas casas-barracos.

Uma colega, ainda lembrando do início de sua trajetória na Assistência Social, contou que passou a frequentar shoppings e bairros de classe média alta, pois queria esquecer, por

alguns momentos, a pobreza e a falta de recursos com as quais se deparava em seu trabalho. Outras lembraram-se de testemunhos de crianças atendidas por um projeto da Universidade em uma região de grande vulnerabilidade social. Elas costumavam dizer, de um jeito lúdico e cru: “Sabe filme de terror? Mas o filme de terror acaba, o domingo da vila não acaba nunca!”. Do que as crianças estariam falando? Da condição da miséria como um monstro impiedoso que não dá chances para mudança? Ou talvez do trabalhador, que para eles assumiria um lugar de espectador frente ao terror que presencia durante suas horas de trabalho? Talvez os dois.

Possivelmente, uma das questões mais difíceis, para quem atende, seja sair do lugar de espectador aflito frente à violência da injustiça social. Costumo pensar que quem trabalha em locais de grande vulnerabilidade social é como um estrangeiro que costuma viajar para o mesmo lugar muitas vezes. Em algum momento aquele lugar passa a ser um pouco dele, mas sabe que, no fim das contas ou do dia, ele será sempre alguém que não pertence àquele lugar, seja pelos seus traços físicos diferentes, suas roupas destoantes ou seu jeito de falar característico. No mundo da pobreza nossa passagem é de ida e volta.

Em uma das discussões, um dos leitores percebeu que as duas primeiras crônicas, as quais têm como evidência a minha posição de trabalhadora, não lhe causavam a mesma comoção em comparação à última, em que trago a história de Francisca em primeiro plano. Algo que lhe produziu certa surpresa, considerando que ele também trabalhava na política de Assistência Social. Porém, penso que, afinal de contas, há de se compreender: existe uma grande diferença entre ser a vítima da miséria imposta pelo Estado e ser aquele que a escuta – por mais perturbador que isso possa ser. Essa discussão levou uma outra integrante do grupo a refletir a respeito da relação que as três crônicas estabelecem entre si. Observou que, nas duas primeiras, eu sinalizo as dificuldades em ser uma trabalhadora em contextos sociais críticos, pois o leitor vai sentindo o peso da minha angústia com o desenrolar da leitura; é uma escrita que expõe os sentimentos de uma trabalhadora, mas que também vai anunciando o que está por vir: a história de alguém por ela atendida e que não se encontra na mesma posição garantida de cidadã.

Também perceberam que a primeira crônica começa em primeira pessoa e depois passa a ser escrita na segunda pessoa, numa licença poética que traz a ideia de que se começa com o eu para terminar em nós. Ou, em outras palavras, uma trajetória pode se iniciar sozinha, mas, logo em seguida, é possível encontrar parceiros com quem pode caminhar junto. Ainda, muitos remeteram à uma dor que passa a ser corporal, que ultrapassa os limites da fala e passa a se constituir como pura angústia. As lágrimas lembradas e que retornam em

alguns momentos na discussão em grupo são a prova de que é um trabalho que deixa suas marcas de algum modo, cada um à sua maneira.

Uma das leitoras-trabalhadoras diz que, diferentemente do restante do grupo, sente que o trabalho hoje, depois de tantos anos, tem ficado mais difícil. Percebe que os encontros com a pobreza têm sido para ela ainda mais angustiantes do que antes. Ao voltar a trabalhar em um CREAS, pergunta-se se os sentimentos à flor da pele não são resultado dos anos trabalhados em abrigos de crianças e adolescentes. Contudo, agora está do “outro lado” e, na nova função, passa a acompanhar as famílias que tiveram seus filhos retirados pelo Estado. Chora mais uma vez. Não se conforma com a pobreza e diz que ainda não é possível se acostumar com ela: “Ainda bem!”. De fato, tornar-se de alguma maneira insensível às situações vividas pelo trabalho é um receio que costuma ser recorrente nos profissionais, considerando que todos buscamos defesas para lidar com o que nos provoca sofrimento.

6. Dos encontros com a pobreza

Às oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (Jesus, 1960/2014, p. 37).

Carolina de Jesus, em seu livro “O quarto de despejo”, retrata o dia a dia cheio de absurdos e privações de uma mulher negra, pobre e favelada no Brasil dos anos de 50. No entanto, basta ler esse “escrito-desabafo” que podemos facilmente situar suas histórias no Brasil atual. Uma vez escutei que o pobre, devido à sua condição de exclusão, parece obrigado a viver em uma época histórica anterior, quando o meio de locomoção ainda era a carroça, quando meninas-mulheres costumavam ser mães logo que o corpo dava suas primeiras mostras da puberdade e quando o número de filhos vivos e mortos era de uma quantidade bem maior do que estipula o planejamento familiar da classe média. Passado e presente se encontram, como quando se lê hoje o livro de Carolina de Jesus. E, nas leituras e na vida real do país, no passado e também no presente, a pobreza se mostra, mas nem sempre há uma disposição para enxergá-la.

Como psicóloga atendendo em espaços públicos, tive meus encontros com a pobreza e a desigualdade social para além das vistas nas ruas em dias quaisquer ou nos jornais ao fim desses mesmos dias. Nessas interações superficiais cotidianas, há uma assombrosa negação dessa realidade por parte dos cidadãos que seguem suas vidas. Aquelas pessoas sujas e malcuidadas passam a representar, para uma parcela da população, o absurdo da vida humana. Porém, esse absurdo parece ser aceito como uma condição que alguns desafortunados terão de carregar, como parte de um sorteio aleatório que os brinda com a pobreza. “Pobres coitados!”, “Assim é a vida!”. Isso quando esse lugar de exclusão não é atribuído a uma “fraqueza de caráter” ou uma debilidade inata.

Assim, o convívio social com os mais pobres deve ser em pequenas doses e apenas com aqueles que estão enquadrados em uma lógica social mais aceita, como a empregada da casa, o funcionário da limpeza do escritório ou o vigia de seu prédio. Esses trabalhadores buscam encontrar uma cidadania, mesmo que precária, em empregos frequentemente precários. Na rua, procura-se não enxergar a presença de pessoas morando embaixo do prédio comercial ou as crianças oferecendo balas no sinal enquanto seu carro espera com impaciência o sinal verde. Esse sinal verde é o que se acostumaram a receber da vida

organizada e planejada, desde antes de nascerem. Enquanto que aqueles do sinal vermelho foram ensinados a nunca avançarem e irem adiante, mas sim a, resignadamente, se manterem parados, o que deles é esperado também desde antes de nascerem.

Como psicóloga, escuto “os do sinal vermelho”, aqueles que carregam o “bilhete premiado” da pobreza, como assinala Jessé Souza (2009). Ao escutá-los, entretanto, deixam de ser, para mim, meros espectros a nos assustar na nossa vida organizada e cidadã; passam a ter nome, família, amores, decepções e, pasmem, desejos. Eles são pessoas, têm histórias e querem nos contar. Contudo, para escutá-los, é importante entender como vivem e como se situam numa condição de desigualdade social que muitas vezes se apresenta com uma máscara de normalidade.

Jessé Souza (2009) aponta o abandono sofrido por essa parcela da população desprovida de capital cultural e econômico, que também não encontra à sua disposição as condições para conquistá-los, ocasionando o que entende como legitimação da desigualdade no Brasil. O autor aponta que a crença economicista vem sustentando essa posição, já que induz – convenientemente, assinalo eu – a pensar que todos estão numa condição de igualdade em termos de oportunidades, o que possibilitaria uma ascensão social a todos.

Nesse sentido, há uma tendência a pensar que ser bem-sucedido ou não se sustenta puramente em méritos próprios, desconsiderando o que vem sendo escondido/negado em nossos discursos e atos que é a acentuada divisão de classes brasileira (Souza, 2009). Além disso, a própria ideia de meritocracia, muito difundida em alguns meios sociais e políticos, só reforça as condições de desigualdade e impossibilidade que cercam as populações de baixa renda. Loïc Wacquant (2007) afirma que a meritocracia destinada aos mais pobres é negativa, considerando que deles é esperado o pior. Expectativas negativas geram uma meritocracia negativa. Na lógica da meritocracia negativa, os marginalizados socialmente somente o são por sua própria responsabilidade, e sua condição inferiorizada é atestada socialmente por classes econômicas superiores que lhes outorgam o “diploma negativo” – o que garante e explica um futuro de ineficiência e inadequação.

Foram várias as ocasiões em que escutei das pessoas que atendia o quanto era difícil transpor as expectativas negativas sobre si e seus familiares, encontrando poucas alternativas de saída desse discurso. Curiosamente, uma das maneiras encontradas para não mergulhar totalmente num discurso de incapacidade e imobilidade era partir para atividades ilícitas, pois encontraria ali maneiras de furar a barreira da pobreza e da subserviência. Alguns jovens chegavam a dizer que, se eles e suas famílias não eram respeitados, então eles seriam temidos. Foram incontáveis os casos em que acompanhei famílias, as quais tinham o pai e

mais frequentemente a mãe com empregos formais, mas que também podiam contar com o dinheiro dos seus filhos vindo do tráfico de drogas. Isso é o que Jorge Broide e Emilia Broide (2015) chamam da relação estreita entre lícito e ilícito nas comunidades mais pobres, já que – em função da negligência do Estado frente à proteção e à melhoria das condições de vida – as pessoas mais pobres se veem obrigadas a buscar outras formas de subsistência e mesmo um maior respeito a partir de atividades ilícitas. Acompanhei, por um tempo, um adolescente que trabalhava vendendo CDs piratas numa banca montada pelo seu padrasto policial da brigada militar. Eis o lícito e o ilícito caminhando juntos.

Indo na mesma direção, Rosa e Vicentin (2010) apontam o quanto o discurso das famílias marginalizadas é desvalorizado e desautorizado pela mídia, pela polícia, pelo judiciário. Aos jovens de comunidades pobres, somente é dado um “discurso social sem polissemia” que remete a uma visão que desqualifica e não aposta (Rosa e Vicentin, 2010, p. 118). As autoras observam que, para um jovem ser considerado “delinquente”, menos importa o ato que cometeu, mas sim o que fica em destaque: a sua origem social. No caso dos mais pobres, supõe-se frequentemente o destino da delinquência. O que se torna relevante e crucial é qual o olhar que a sociedade tem de antemão sobre ele. Assim, a origem social parece determinar quais os vilões e as vítimas dessa novela da qual costumamos fazer parte.

Quando me refiro à desvalorização dos discursos das famílias mais pobres, remeto-me também ao “outro lado da moeda”: aqueles que, por pertencerem a determinadas classes sociais, recebem as oportunidades e olhares mais generosos. As classes médias e altas podem circular no meio social com muito mais amparo e confiança, tendo em vista que, como são herdeiras do capital cultural e da riqueza material, lhes são garantidos muito mais autonomia, respeito e possibilidades (Souza, 2009).

O que os pais, ou figuras que os substituem, transmitem aos filhos, quer tenham consciência disso ou não, é toda uma visão de mundo e de “ser gente” que é peculiar à classe a que pertencem. O que a classe média ensina aos filhos é comer nas horas certas, estudar e fazer os deveres de casa, arrumar o quarto, evitar que os conflitos com amigos cheguem às vias de fato, chegar em casa na hora certa, evitar formas de sexualidade prematuras, saber se portar em ambientes sociais etc. As famílias da classe média ensinam, portanto, os “valores” de uma dada “classe”, que são os valores da autodisciplina, do autocontrole, do pensamento prospectivo, do respeito ao espaço alheio etc. Que esse aprendizado seja “esquecido” ou não tematizado deve-se ao fato de que ele é transmitido afetiva e silenciosamente no refúgio dos lares. O aprendizado familiar é afetivo, ele só existe porque existe também a dependência e a identificação emotiva e incondicional dos filhos em relação aos pais (Souza, 2009, p. 45).

Jessé Souza (2009) ainda indica que, ao fugirmos de uma lógica economicista na análise de nosso país, podemos nos olharmos, enquanto sociedade, a partir do momento em

que observamos como “tratamos uns aos outros”. Porém, algo me diz que iremos nos assustar com tal avaliação. Enxergaremos em nós mesmos os monstros da opressão e da violência. Melhor não ver! Constatar isso é, finalmente, nos reconhecermos como responsáveis pelas dores do outro através da nossa omissão e de nossos privilégios cotidianos. E, justamente por não quisermos enxergar e também não nos identificarmos, fazemos daqueles que ferimos os nossos maiores inimigos – para nos tornarmos, enfim, seus algozes.

Porém, afinal, como podemos nos olhar como uma nação se somos parte de um país tão grande e tão dividido em suas culturas, etnias, raças e classes? Para Jessé Souza (2017), são vínculos abstratos que nos fazem superar diferenças, sendo um desses vínculos a noção de cidadania, pensando que a cidadania implica que todos que compõem uma nação tenham os mesmos direitos e deveres. Assim, podemos crer que a cidadania é uma condição de alguns e apenas uma farsa para outros; aos pobres e miseráveis, a cidadania é como farsa, como uma teatralização de uma vida, como uma mentira contada por gerações, mas mal executada durante o mesmo período de tempo.

Como trabalhadora da Assistência Social, me vi muitas vezes enredada nesse discurso que responsabiliza os mais pobres, mas falha em lhe dar as condições para se responsabilizar. Me senti exigida a cobrar das famílias a ida contínua para a escola e a coibir que pais levassem seus filhos enquanto faziam catação. O trabalho infantil, tão questionado e combatido, esconde, muitas vezes, as poucas condições de amparo que os pais ou avós têm para cuidar e proteger suas crianças. Na falta de vagas em creches, em função da ineficiência do Estado, não seria um ato de proteção levar os seus filhos consigo enquanto trabalham? É claro que esse é um tema amplo e que suscita discussões maiores do que me proponho neste trabalho, mas o que procuro apontar nesse caso é o excesso de cobranças de um Estado que pouco dá em troca.

Pensando nas condições desiguais encontradas na nossa sociedade, não deixa de ser desafiador escutar e intervir em “situações sociais críticas”, termo cunhado por Emília e Jorge Broide (2015). Estou ali com a minha escuta e o meu desejo, mas também estou inserida nesse contexto, pois trabalho em um espaço estatal. O mesmo Estado que negligencia e maltrata é aquele que oferece, mesmo que timidamente, um espaço de cuidado e de escuta. Refletindo sobre isso, talvez existam várias possibilidades de “ser” Estado e, com o tempo, passei a acreditar que podemos representar bem o seu lado protetor e cuidadoso, ainda que presenciando e mesmo sentindo na pele o Estado negligente e violento.

Considerando a conhecida e crescente precariedade dos serviços públicos, cabe, a quem atende, assumir uma posição de desejo e aposta no trabalho. Trata-se de um compromisso ético e humano. O desejo e a aposta no trabalho estão na convicção de que na pobreza também se tem nome próprio e que as condições de trabalho devem ser dignas e respeitadas. Ao assumir uma função no serviço público, independente de nossa formação ou escolaridade, não estamos conquistando um trabalho, meramente. Assumimos um compromisso ético e político com o serviço oferecido pelo Estado, defendendo a sua manutenção e investimento. Na crônica “2016”, busco demonstrar isso:

A criação do Sistema único de Assistência Social, o SUAS, era uma clara tentativa de olhar os mais pobres para além de práticas puramente assistencialistas. Para mim, significava uma declaração pública do Estado de que a desigualdade social era reconhecida no Brasil. E foi neste contexto que nasci trabalhadora. O nascimento de uma trabalhadora sob o governo do Partido dos Trabalhadores. Construímos o SUAS em Porto Alegre. Discutíamos maneiras possíveis de trabalhar levando em consideração as peculiaridades de cada território. Escrevíamos documentos e pedíamos ajuda ao Ministério do Desenvolvimento Social. Havia uma sensação de diálogo e possibilidades apesar de todas as dificuldades encontradas no meio do caminho. (Crônica “2016”)

Quando se trata do serviço ofertado à população mais pobre, não podemos esquecer que muitas vezes somos nós quem fazemos a ponte do mundo “de cá” com o mundo “de lá”: entre os cidadãos privilegiados e suas leis e os mais pobres e sua realidade cotidiana. Somos introduzidos em suas vidas e passamos a conhecer os seus conflitos conjugais, a doença que acomete algum membro da família, o “toque de recolher” imposto pelo tráfico e a gestação de sua cadela de estimação. São inúmeras as situações em que nos sentimos impelidos a dizer como o outro deve agir, trabalhar ou cuidar. O grande número de acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes de baixa renda, por exemplo, parece demonstrar a dificuldade em entender e respeitar as diversas formas de ser e estar numa comunidade mais pobre.

A primeira vez que soube de Julia³ foi através do Conselho Tutelar, que solicitava o seu acompanhamento pelo CREAS, devido ao recente acolhimento institucional dos seus quatro filhos. A retirada das crianças de casa foi justificada pelo Conselho Tutelar e pelo

³ Nome fictício

Ministério Público em função de “reiteradas denúncias” de negligência da mãe em relação aos seus filhos. Naquele momento não encontrei nenhuma outra informação a não ser o significativo – negligência – ecoando por todos os lugares; nem mesmo o conselheiro tutelar responsável pelo caso sabia dizer mais do que isso. Não era a primeira vez que recebia solicitação semelhante e, assim, com o endereço e o seu nome completo em mãos e muitas dúvidas na cabeça, fui procurá-la em casa para me apresentar e marcar um horário no espaço do CREAS. Foram diversas as tentativas de encontrá-la, mas, em nenhuma das visitas, Julia estava em casa. Em todas as vezes, eu deixava um bilhete com um telefone e um possível agendamento. Até que, em um dia, ela finalmente apareceu; porém, havia um detalhe: Julia viera em um horário em que o CREAS já estava fechado e, portanto, não poderia ser atendida.

Ao saber disso, entrei em contato com Júlia, que àquele momento estava com um telefone, e reiterei os horários de funcionamento do CREAS, lembrando que eu tinha horários livres de acolhimento e também uma agenda de marcação em que fazia questão de flexibilizar. Afinal, para que dificultar a vida de quem já tem dificuldades de sobra? Contudo, Julia seguiu aparecendo em horários em que o CREAS estava fechado ou fechando. A partir desse fato, passei a acreditar que ela não queria ser atendida e que comparecia apenas para satisfazer o Conselho Tutelar. E foi assim, junto com as demandas crescentes do serviço em uma região extremamente pobre e desigual da cidade, que não insisti mais em seu atendimento – decisão tomada algumas outras vezes com famílias e pessoas diferentes, mas que, certamente, nunca eram das mais tranquilas.

Havia sempre a sensação de que eu estava desistindo de alguém. Talvez isso seja reflexo de um comportamento também comum entre profissionais da Assistência Social, de que somos uma espécie de salvadores daqueles menos afortunados. Contudo, é improvável não ter, pelo menos alguma vez, essa sensação, considerando o grau de miséria e de exclusão que presenciamos e que nos impelem a fazer algo, a nos movimentar. Entretanto, há de fato um limite entre respeitar o desejo do outro e ser descuidado com o outro. Andamos na corda bamba do cuidar e do descuidar, com algumas quedas inevitáveis no meio do caminho.

No caso de Julia, não posso dizer que houve uma queda, já que, quase um ano depois, ela retornou ao CREAS por decisão própria e no horário de funcionamento normal. Dessa vez estava determinada a falar e a pedir ajuda. Consegui que seus filhos fossem liberados para visitá-la nos finais de semana, mas ainda tinha receio de que demorassem muito a retornar definitivamente para casa. Assim, sem cerimônias, declarou que achava prudente ser atendida no CREAS, pois poderia provar que “estava fazendo tudo direito”. Para ela, o atendimento

seria uma espécie de atestado de bons antecedentes – e como não concordar com a sua estratégia? Afinal, eu estava diante de uma mãe que, mesmo com todas as dificuldades, desejava ardentemente o retorno de seus filhos aos seus braços. Tal qual a intervenção com “*A mãe órfã*”, também passei a ser “*sua fiadora no mundo ao mesmo tempo em que senti um pouco na pele as suas dificuldades de estar no mundo*” (Crônica “*A mãe órfã*”). Foi oferecendo a minha escuta além de encaminhamentos para cadastro no Bolsa Família, atendimentos na saúde, consultas com a advogada do serviço, entre tantas outras intervenções, que o CREAS deixou de ser apenas seu atestado de bons antecedentes: passou a ser seu lugar de fala e de cuidado.

Ela conseguiu contar como havia sido infectada pelo vírus da AIDS, o que considerava o seu maior segredo. Pela primeira vez estava tentando fazer o acompanhamento corretamente e seus exames já não revelavam o vírus. Costumava dizer que não tinha família para contar e que precisava estar bem pelos seus filhos. Com o tempo, também resolveu ser boa para si e passou a falar em voltar a estudar e arranjar um emprego fixo. Toda semana sempre contava sobre algum passo importante rumo à sua aceitação como mulher e mãe. Terminou um relacionamento abusivo e começou a cuidar atentamente das roupas e da alimentação dos seus filhos quando eles a visitavam.

Apesar de seus esforços, o conselho tutelar e a equipe do abrigo ainda desconfiavam de Julia. Diziam que ela inventava para mim uma mulher e uma mãe que não existiam. Eles ainda acreditavam que o CREAS era apenas seu atestado de bons antecedentes. Mas, se ela realmente inventava uma mulher e uma mãe, como diziam, a minha função não era justamente escutar o seu desejo?

Como é difícil ser mulher! Como é difícil ser mãe! Uma mãe pobre então... Essa mulher não pode ser a mãe que consegue ser. À mãe pobre é exigido o comportamento de mãe rica, sem a riqueza” (Crônica “*A mãe órfã*”).

E assim, eu segui escutando e ela seguia falando.

Na mesma época do atendimento de Julia, aceitei o cargo de supervisora de abrigos e casas lares da cidade, o que me fez sair do CREAS. Sentia que aquele era o momento para novas experiências profissionais e organizei a despedida daquele lugar e daquelas pessoas que me puseram a pensar e a sentir tanto.

Quando Julia veio ao atendimento marcado contei sobre a minha saída, que ocorreria em um mês, e a vinda de uma nova psicóloga para me substituir. Enquanto eu falava, Julia

chorava e dizia que ali foi o primeiro lugar em que se sentiu ouvida e amparada. Estava confusa em como seguir adiante sem o meu acompanhamento. Porém, no decorrer dos atendimentos seguintes foi tentando pensar em todos os movimentos que havia feito até então e do quanto se sentia uma nova mulher e uma nova mãe. Os atendimentos no CREAS não foram seu atestado de bons antecedentes, eles foram seu atestado de que estava viva e de que podia desejar ser mãe e mulher dentro dos seus termos e de suas possibilidades. Algum tempo depois, soube por uma colega do CREAS que Julia tinha conseguido novamente a guarda de seus filhos, mas que já não procurava mais o serviço de atendimento.

Philippe Julien (2000) aponta a existência crescente de uma “clivagem” entre o público e o privado. A parentalidade assume uma condição pública, e a conjugalidade uma dimensão privada. Essa seria a “novidade de nossa modernidade”. Enquanto as relações conjugais se mantêm cada dia mais protegidas do olhar do outro, a parentalidade vai numa direção oposta. Ela se torna pública e à mercê dos julgamentos e interferências externos. As palavras de ordem para pais e sociedade, portanto, são o direito e a proteção de seus filhos enquanto um dever para garantir o futuro de novas gerações (Julien, 2000).

Nesse sentido, exercer a parentalidade significa dividi-la e mesmo ser obediente às regras da sociedade e de seus representantes. Eles são chamados por Julien de terceiro social. São juízes, assistentes sociais, psicólogos, conselheiros tutelares, médicos e uma série de outras figuras que exercem cargos e funções que os levam a assumirem uma posição de saber em relação ao bem-estar e ao cuidado de crianças e adolescentes. Nesse sentido, os pais dividem com esse terceiro social as responsabilidades no cuidado de seus filhos, ou, melhor dizendo, os pais, em certa medida, passam a “prestar contas” a respeito da educação e do cuidado de suas crianças e adolescentes:

assim que nasce um filho, o casal cruza a fronteira entre o privado e o público ao reconhecê-lo legalmente e obtém, em troca, uma autoridade parental. É pela instauração de uma filiação que se introduz a dimensão pública. Assim, há aí duas lógicas: a primeira, puramente contratual e dependendo portanto unicamente dos parceiros, diz respeito ao *conjugal*; a segunda, institucional, impondo um quadro jurídico em nome dos direitos do filho, diz respeito ao *parental* enquanto fundado pelas leis da sociedade (Julien, 2000, p. 18).

No acolhimento institucional de crianças e adolescentes, nas famílias pobres, desde antes de seus filhos serem levados, as suas condições de exercer uma “boa maternagem” são postas em xeque, pois a sua forma de cuidar – ou que entendem por cuidar – pode ser muito diferente das concepções dos representantes da lei e do saber. São usualmente famílias em profunda desigualdade social, “chefeidas” na maioria das vezes por mulheres, sem uma rede de ajuda extensa ou mesmo mínima e que têm, na exclusão social, uma marca que incide em

sua subjetividade e em suas relações comunitárias. Marca que reproduz, em diversas esferas, a violência e o desamparo de que são vítimas e testemunhas, num círculo transgeracional tal qual um legado.

Isso é a incidência direta do Estado na vida dos mais pobres. Só que, ao escutá-los, creio que estamos propondo um outro olhar, um outro jeito de agir que não através da vigilância e da denúncia. Entendo que a escuta psicanalítica nesses contextos sirva para abrir caminhos, sirva para deixar vir o que por muito tempo esteve impossibilitado de aparecer: a palavra, o desejo. Assim, “entende-se por dispositivo clínico psicanalítico a operação que permite a circulação da palavra e os processos de singularização dos sujeitos. Atender onde a vida está, onde a vida pulsa, tal é a ética que perpassa e conforma o nosso trabalho” (Broide & Broide, 2015, pp. 9-10). É na relação transferencial, entre eu e o outro, que um sujeito esquecido pode vir à tona e que um encontro entre dois seja possível. Uma história a ser construída entre dois. Observo que a psicanálise tem sido uma via rica e fecunda para encontrar esses caminhos perdidos ou retirados violentamente:

A clínica se alicerça na articulação da psicanálise com outros saberes, permitindo uma melhor compreensão e uma abordagem transformadora do mundo contemporâneo. É esse mundo que consideramos nosso campo de trabalho, e ele se apresenta através de relações transferenciais complexas e multifacetadas. Tratamos de ver o que as transferências nos diferentes campos nos apresentam, para então tratar de nomear aquilo que ocorre (Broide & Broide, 2015, p. 10)

Com Clarice⁴ tive uma experiência de escuta em que essas questões são perceptíveis. Ela veio encaminhada pelo Conselho Tutelar, após procurar o órgão de proteção em busca de orientações e ajuda a respeito do acolhimento de seus dois filhos. Ela, seu pai e seus irmãos já eram bastante conhecidos pela rede de atendimento sócio-assistencial, alguns em função do envolvimento intenso no tráfico de drogas e outros por serem atendidos por um longo período de tempo pelo CRAS da região. Foi uma grande surpresa para todos que Clarice tenha aparecido depois de tantos anos, pois muitos imaginavam que ela já teria sucumbido pela dureza da vida das ruas. Realmente, as últimas notícias dela tinham sido muito desanimadoras. Soube-se que havia sido internada em estado gravíssimo em função de sérias complicações decorrentes de uma tuberculose recorrentemente não curada e das manifestações cada vez mais intensas da AIDS. Entretanto, contrariando todas as previsões, Clarice não somente se recuperou, após mais de seis meses de internação hospitalar, como retornou para a casa do seu pai, recusando-se a voltar para as ruas, lugar que lhe acolheu e maltratou por muitos anos.

⁴ Nome fictício

Em seu retorno, que para mim tinha ares triunfais, ela também pleiteava o retorno dos seus filhos para o seu convívio. Os primeiros atendimentos chegavam a me deixar estarrecida, em função dos detalhes com que relatava seus períodos na rua, o uso de drogas e a venda ou a usurpação de seu corpo. Em um dos episódios mais violentos de sua vida como uma mulher moradora de rua, contou como havia sido estuprada por mais de 15 homens, que a esfaquearam e a deixaram jogada em uma casa abandonada à espera da morte. Enquanto via seu sangue se espalhar pelo chão imundo, lembrou de seus filhos, e essa lembrança fez com que se arrastasse para fora da casa e pedisse ajuda. Acordou alguns dias depois em um leito hospitalar, com feridas no corpo e na alma.

Ao escutar histórias como essa, precisava a todo momento lembrar a razão de eu estar ali e não ser tomada pelo gozo de um relato estarrecedor. A minha função era acolhê-la e escutá-la e não fazer de sua fala uma peça de ficção para o meu deleite, mesmo que macabro. Para Clarice, ter alguém que a escutava e, ao mesmo tempo, não naturalizava a sua história, passou a ter um sentido de limpeza, como ela mesma dizia. Imagino que Clarice não conhecia “Ana O” e sua “limpeza de chaminé”, mas, ao ser atendida, pôde entender o poder da fala e da escuta na psicanálise. Parecia que, ao falar sobre aqueles fatos com uma “doutora”, algum novo horizonte se abria, apesar de todas as cicatrizes colecionadas no meio do caminho. As suas idas ao CREAS passaram a ser semanais, bem como o contato com seus filhos, que começaram a dormir em sua casa aos finais de semana. Nesse período de atendimento, também escrevi relatórios ao Ministério Público e ao Juizado da Infância e da Juventude em que apontava o desejo e os esforços de Clarice para ter seus filhos novamente, indicando que o nosso acompanhamento seguiria.

Após esse período de acompanhamento e dos seus esforços em curar algumas feridas, foi marcada a audiência que iria determinar se Clarice retomaria a guarda de seus filhos ou se eles permaneceriam sob os cuidados do Estado. Em uma audiência conduzida com respeito e cuidado pelo juiz titular do juizado, Clarice, seus dois filhos, a equipe do abrigo e eu fomos ouvidos. Manifestei, mais uma vez, as minhas impressões a respeito do acompanhamento de Clarice e sugeri a experiência familiar para as crianças. Na experiência familiar, as crianças retornam para sua casa e, num período de até seis meses, a família é acompanhada e avaliada pelos serviços de proteção, como abrigo, CREAS e Conselho Tutelar.

Após a escuta de todos, o juiz decidiu pela experiência familiar; e, a partir daquele momento, Clarice já poderia levar seus filhos para casa. De início ela, seu pai e seus filhos não conseguiram compreender a sentença proferida, em função das palavras mais rebuscadas do juiz. Eles olharam para mim, com olhos espantados, cheios de dúvidas e expectativas e os

expliquei que eles poderiam, a partir daquele momento, retornar para a casa. A família estaria, depois de tantos anos, junta novamente. E assim, Clarice e seus filhos choraram e se levantaram rapidamente para ir embora, não poderiam perder tempo. O abrigo mandaria os pertences depois.

Ao sair do fórum no fim da tarde, após a audiência, fui pegar um ônibus de volta para casa. Ao caminhar até o fundo do veículo lotado me deparo com Clarice, seu pai e seus dois filhos. Cada um estava sentado com uma das crianças no colo. As duas crianças estavam em sono profundo, apesar do barulho e da confusão daquele ônibus cheio de gente. Olhando para a cena, me ocorreu que naquele momento elas poderiam descansar, depois de meses de expectativas: elas voltariam para a sua casa.

Passados alguns anos, em que eu já não mais trabalhava no CREAS, soube que as crianças haviam retornado para o acolhimento institucional e que não se tinha mais notícias de Clarice. Naquela hora, com tristeza, desejei mais um retorno “triumfal” daquela mulher que morreu e renasceu tantas vezes. Também torci que nesse caminho ela pudesse encontrar as ancoragens necessárias para seguir vivendo, inclusive dos serviços estatais.

Que nesses encontros-âncoras seja possível deixar vir à fala para que as suas perdas, as de seus pais, avós, vizinhos e de sua comunidade de modo geral possam ser elaboradas e sentidas. Afinal, como esquecer as desocupações de terrenos onde residiam comunidades inteiras por várias gerações? Como suportar os ratos e as crianças convivendo com a mesma desenvoltura no meio de bueiros e fossas a céu aberto? Que essas perdas e esse abandono tenham um lugar no discurso social. Que vidas ceifadas pela ignorância e descaso possam ser sentidas num processo de luto. Que suas perdas, sejam elas simbólicas ou na carne, através dos assassinatos recorrentes, possam ser choradas.

Broide e Broide (2015) entendem que o analista, frente ao trabalho em situações sociais críticas, deve ser aquele que trabalha nas fendas, nas brechas que aparecem no meio das urgências oriundas da desigualdade social. A partir delas, é possível instaurar um tempo para compreender, para que depois sejam propostos espaços de fala sobre as mortes não choradas e até comemoradas por uma parcela da sociedade. São espaços que declaram que houve uma perda, que permitem a indignação e a tristeza e promovem, assim, a elaboração do luto anteriormente negado.

Parece natural pensar na elaboração do luto frente a perdas como um processo a todos permitido, no entanto, Judith Butler (2016) argumenta que, às vidas precárias, são oferecidos sempre recursos ou opções precárias, e que isso incide em sua posição de pessoa de menos valor. Assim, as vidas são separadas por aqueles que merecem a dor e a preocupação e

aqueles que são menos importantes. Em outras palavras, sofre-se mais pelo jovem de classe média assassinado do que por aquele da mesma idade residente na periferia. Isso eu aprendi com as mães de jovens assassinados ou desaparecidos, que lamentavam ter que criar seus filhos em lugares em que se podia morrer e matar com tanta naturalidade.

São vidas que no mercado social possuem valores completamente diferentes ou, como provoca Butler (2016), “uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou de verdade como vida” (p.64). E quais as consequências de possuir uma vida não passível de luto? É encontrar-se com o desamparo; é não ter o reconhecimento de suas necessidades mínimas; é trabalhar precariamente para viver precariamente. São vidas que, na análise de Butler (2016), não são potencialmente lamentáveis e que, por isso, lhes são reservados os piores empregos, a negação dos direitos, a violência, a fome e a morte.

Com Luísa⁵ pude reconhecer o que Butler assinala como vidas precárias e não passíveis de luto. Eu passei a acompanhá-la muito nova, com 20 anos, e, ao escutá-la, as suas várias idades podiam se encontrar em questão de segundos, pois “(...) *durante a vida colecionamos muitas idades*” (Crônica “2016”). A sua história de vida tão densa e a forma como a contava podiam evocar uma mulher com pelo menos o dobro de sua idade. Mas, logo, a menina que acabava de sair da adolescência aparecia, ao se queixar da falta que sentia em ser cuidada nas coisas mais básicas da vida e ao exprimir um sorriso meio tímido ao falar de seu companheiro e pai de seus dois filhos. Luísa era tão frágil na aparência, mas tão forte em suportar o cotidiano de uma vida muitas vezes condenada à inexistência.

Aos 16 anos, na sua primeira relação sexual com seu primeiro namorado, contraiu o vírus da AIDS. Não sabia a quem nem com quem contar. A sua família, que residia na favela mais violenta e pobre de uma região já violenta e pobre, não conseguiu lhe acolher. Alguns costumavam dizer que ali era uma espécie de Arca de Noé às avessas, pois aquela favela nasceu após a junção de famílias mais pobres e marginalizadas, que, por alguma razão, foram expulsas de outras regiões da cidade. A mãe frequentemente se referia à Luísa como “vagabunda” e “imprestável”. Luísa, por sua vez, imaginava que era dessa forma que a sua mãe provavelmente era tratada quando tinha sua idade e sua avó também. Que rótulos “(...) *dos mais difíceis para uma mulher carregar numa sociedade que ainda não sabe cuidar de suas mulheres!*” (Crônica “A mãe órfã”). Todas as mulheres da sua família tiveram filhos muito jovens e foram obrigadas a descobrir o mundo e as suas injustiças desde a mais tenra

⁵ Nome fictício

idade. Por tudo isso, estabelecia com sua mãe uma relação de desconfiança, por sentir-se descuidada e maltratada por ela, mas também procurava desesperadamente a atenção e o carinho dela.

Não é fácil ser uma mulher e uma mãe pobre. Há um preço a se pagar por ter nascido numa condição social em que o seu valor como ser humano não é o mesmo que o de outros (Crônica “A mãe órfã”).

Algum tempo depois do seu primeiro encontro amoroso e sexual, conheceu aquele que seria seu companheiro e pai de seus filhos. Um rapaz também jovem, bonito e de uma família não tão pobre quanto a sua, e que, por estarem mais amparados, pareciam ter mais condições de amparar. Passei a atendê-los no CREAS quando Luísa já estava no fim da gravidez do segundo filho. Chorava muito e sentia que não havia lugar para si no mundo:

Desde cedo não conseguiu receber o amparo dos mais próximos frente as suas questões. Sua fragilidade subjetiva pedia mais, mas a pobreza da família e dos conhecidos só aumentava a sensação de falta de lugar no mundo (Crônica “A mãe órfã”).

Morava em uma garagem precária no prédio popular em que sua sogra residia. Lá o casal improvisou uma cozinha dividindo com biombos, feitos de restos de madeira de alguma construção abandonada, a sala e o quarto. A casa tinha muito lixo e resquícios de uso de drogas. O seu marido, João⁶, que sabia da condição de saúde de Luísa, sempre havia se recusado a fazer o exame de HIV, embora a sua própria saúde se fragilizasse a olhos vistos. Aliado a isso, consumia grandes quantidades de crack, tendo as pontas de seus dedos já quase consumidas pelas queimaduras provocadas pelo manuseio da droga. Luísa reclamava do companheiro pelo que considerava um comportamento infantil e também pelo uso constante de crack na frente de seus filhos, o que o impossibilitava de participar dos cuidados com as crianças. A saúde de Luísa também se deteriorava, pouco conseguindo aderir ao tratamento para o HIV.

Passei a ser o que costumamos chamar de referência para a família, sendo aquela figura dentro do CREAS que eles poderiam procurar sempre que precisassem. Embora João e

⁶ Nome fictício

sua mãe também viessem conversar comigo com uma certa frequência, o acompanhamento de fato era com Luísa – algo comum dentro dos atendimentos na Assistência Social, que acabam por concentrar na mulher o seu olhar, o que pode implicar um cuidado, mas por outro lado também pode indicar a percepção de que são as mulheres as maiores responsáveis pelos cuidados da família. Esse é um ponto delicado no nosso trabalho: não responsabilizar acentuadamente a mulher e, conseqüentemente, desresponsabilizar o homem. Como psicóloga, já cometi esse erro algumas vezes, e hoje, na supervisão de equipes, procuro ficar atenta e problematizar quando vejo o mesmo acontecendo com outros profissionais.

No caso de Luísa, isso aconteceu em partes. Ela mesma dizia não gostar que eu conversasse com seu marido e sua sogra quando me procuravam, pois considerava que precisava mais de mim do que eles precisavam e não queria dividir essa atenção. Respeitei a sua posição e a compreendi. O que eu entendi de sua fala era que desejava um espaço só dela, em que se sentisse protegida e escutada. No decorrer do meu trabalho de psicóloga na Assistência Social, vi a minha atuação se ampliar para além dos limites de uma sala de atendimento.

Quando passamos a atender alguém, conhecemos a sua casa, a sua família, seus vizinhos, seus animais de estimação. Conhecemos também os professores de seus filhos e a equipe médica que os atendem em situações de saúde. Contudo, mesmo conhecendo tantas pessoas e os espaços em que circulam, pode ainda haver lugar para um atendimento individual, em que a sua história e seus desejos apareçam de um jeito que vai além do que é visto na realidade tão crua da pobreza. Não é apenas no atendimento individual que a fala pode surgir, mas ele também pode ser um canal poderoso para uma relação transferencial que produz deslizamentos de significantes.

Considerando o pedido constante de Luísa por amparo e o dado de realidade de que de fato ela não estava conseguindo se cuidar sozinha, pensei que seria interessante que eu tivesse a parceria de uma educadora social, Daniela⁷, nesse acompanhamento. Ela ajudaria nas marcações de atendimento médico, levaria os membros da família nas consultas e os acompanhariam em tantas outras atividades que a sua juventude e precariedade de vida não lhes permitiam fazer sozinhos.

Foi assim por dois anos e nesse período foram várias as vezes em que eu e a educadora social fizemos pequenos resgates de Luísa, principalmente quando se separava de João e passava a morar na casa da mãe, procurando o cuidado materno que sempre desejou

⁷ Nome fictício

tão profundamente. Mas era justamente quando ia para a casa materna que sua saúde ficava ainda mais fragilizada, sendo necessária as nossas visitas constantes para observar como ela e as crianças estavam. Em várias dessas visitas, eu e Daniela tivemos que levá-la às pressas para a emergência hospitalar, pois sua saúde havia se deteriorado de tal forma que a sua vida parecia se esvaír a qualquer momento.

Naquela época, resisti a todas as investidas do Conselho Tutelar que pedia um relatório sugerindo um acolhimento institucional das crianças. Não era exatamente uma decisão fácil e nem sabia se aquela era a decisão mais acertada. Há poucos dias naquela mesma região, uma criança havia morrido em função de maus tratos dos pais, sendo que a equipe do CRAS que acompanhava a família e o conselheiro tutelar estavam sendo duramente responsabilizados. Mas eu ainda tentava encontrar um sopro de vida naquela família tão jovem e tão maltratada. Mesmo que esse sopro, por muitas vezes, viesse do nosso próprio fôlego: meu e de Daniela.

Foram incontáveis as vezes em que Luísa e João se separaram e depois retomaram a relação. Uma das vezes em que se separaram e Luísa retornou para a casa da mãe coincidiu com um dos períodos mais duros que passei como trabalhadora da Assistência Social. Eu acompanhava, por algum tempo, uma outra moça, a Larissa, também muito jovem e que tinha como companheiro um traficante da mesma região em que a mãe de Luísa morava. Ela sofria violência constante de seu companheiro e buscava refúgio através da fala nos atendimentos no CREAS. O seu companheiro sabia dos acompanhamentos e passou se sentir ameaçado e exposto. Começou a acreditar que eu “sabia demais” e tratou de espalhar em toda região que iria matar a psicóloga Carolina. O CRAS, ao saber disso, alertou a todos nós no CREAS. Isso me obrigou a me afastar por algumas semanas do CREAS até que a situação fosse melhor esclarecida. Depois da avaliação dos serviços da região, chegamos à conclusão de que eu poderia retornar ao atendimento, num movimento que hoje considero temerário, afinal, não é todo dia que recebemos uma ameaça de morte. Não é incomum naturalizarmos e banalizarmos algumas situações para que a realidade se torne mais suportável – um mecanismo de defesa no qual os trabalhadores da Assistência Social costumam ser especialistas.

Na prática, o que aconteceu é que por muito tempo não consegui ir ao encontro de Luísa, pois aquela região ainda me causava medo e apreensão e o mesmo acontecia com a educadora social com quem compartilhava o acompanhamento. Tempos depois soubemos que Luísa havia sido internada em estado gravíssimo e que os médicos já não estavam com esperança de que seu quadro de saúde mudasse. Fui visitá-la no hospital e, ao vê-la naquelas

condições, em coma e com o corpo todo contorcido, não pude controlar as lágrimas. O médico responsável, ao ver aquela cena, resolveu falar comigo acerca de seu estado de saúde tão delicado. Dizia que não havia muito mais a fazer. Em poucos dias, ela faleceu. A família de João conseguiu organizar um velório e um enterro cuidadosos. Na sua morte, curiosamente, pôde encontrar o cuidado que sempre desejou em vida.

Um ano depois, fui visitar João, a sua mãe e os seus filhos. Eles haviam se mudado para uma cidade na região metropolitana de Porto Alegre, após um dos irmãos de João ser assassinado por ter sido confundido com outra pessoa. Deixaram tudo para trás e agora residiam numa casa de alvenaria amarela com cozinha, banheiro e dois quartos. Embora não os acompanhasse mais, sentíamos ainda parte de suas histórias. Eu e Daniela fomos recebidas pelas crianças e sua avó com uma mesa posta com bolo e refrigerante. João chegaria em seguida, estava trabalhando na construção civil. As crianças estavam grandes, com sorrisos no rosto e muito parecidas com Luísa. Tão bonitos quanto ela, com seus olhos grandes e curiosos. Eu e Daniela nos entreolhamos e sorrimos – um sorriso de alegria e tristeza. E se tivéssemos buscado Luísa antes de ficar tão debilitada? Era o que pensávamos sem nunca de fato termos dito uma para outra. Mas sabíamos que diante da vastidão da exclusão social e da subjetividade humana nossa atuação é necessariamente limitada. E assim, nos sentamos na sala comendo bolo e escutando as crianças falarem pela primeira vez. Uma nova história familiar estava sendo contada.

A nossa função é possibilitar que esses lutos sejam vividos e reconhecidos e que suas vidas sejam valorizadas em meio à desvalorização que os cerca. Que o psicanalista, atuando nas políticas públicas aos mais pobres, possa reconhecer um sujeito naquele que fala para que este também se reconheça nesse lugar. Como apontam Maria de Lourdes Scarparo e Maria Cristina Poli (2010): “O psicanalista, preso nas redes do social, busca abrir as vias para que um sujeito possa aí advir. Redes de significantes, mas também redes sociais mapeadas e costuradas pela assistência” (p. 134).

O psicanalista que atua e trabalha com sujeitos em situação de miserabilidade e negligência/violência de Estado, além da necessária escuta da dureza da realidade, como a fome, a violência e as humilhações frequentes, também está ali para escutar o que vem do inconsciente de pessoas que muitas vezes não têm vez e nem voz – e é no laço transferencial que esse encontro é possível, uma possibilidade desse sujeito sem voz encontrar um jeito seu de ser e estar nesse mundo de margem. É uma tentativa, mesmo em situações de atendimento poucos usuais, como a rua ou a casa humilde, de sair dessa margem para atingir as águas mais turvas e densas. Nessas águas mais perigosas e inesperadas, encontra-se o sujeito e seu

desejo. Sobre a escuta do inconsciente e a relação transferencial nesses contextos, Rosa (2004b) assinala que a transferência não surge apenas durante um tratamento psicanalítico, pois supor isso implica que o inconsciente estaria apenas presente nas situações de análise clínica. O sujeito do inconsciente aparece onde a vida está. Nas interações cotidianas supostamente mais simples, num olhar, numa exclamação que escapa.

Trabalhamos com o que a autora entende, apropriadamente, como “clínica do traumático”, considerando que, nessas situações de desigualdade social a exposição ao trauma, ocorre duplamente, no momento em que a ocorrência do trauma é facilitada e ao mesmo tempo em que os recursos que poderiam garantir a sua elaboração são extremamente diminuídos, ocasionando o que ela chama de “efeitos de dessubjetivação” (2004a, p. 150).

Há diferentes formas de evolução frente ao mesmo processo que tende a suprimir sua condição de sujeito, processo de coisificação coletiva, que pode, entre outras formas, induzir à submissão cega ou ao fechamento autístico. Diante do impacto traumatizante de uma consciência clara da impotência frente à Outro, consistente e insistente em barrar qualquer acesso à condição de uma lógica fálica e desejante, o sujeito cala-se. Constrói uma barreira sólida e necessária, que tem sua expressão no que chamo de emudecimento do sujeito e de apatia necessária, rompida, por alguns, mediante reações violentas. Observo nessa suspensão temporária às vezes da vida inteira, mas temporária, e não estrutural – um modo de resguardo do sujeito ante a posição de resto na estrutura social; uma esperança. Penso assim pela facilidade com que, muitas vezes, algumas situações de escuta fazem surgir ali, onde parecia haver apenas *vidas secas*, o sujeito desejante, vivo (Rosa, 2004a, p. 158).

Lutamos cotidianamente frente ao entorpecimento causado pela dor que não pode ser elaborada, pois ela é criada e reforçada pelo Estado que, em tese, está ali para proteger. Paulo Endo (2005) assinala o quanto os espaços marginalizados das cidades, como as favelas, são “potencialmente traumatizantes” pois expõem seus moradores à desproteção e ao sofrimento decorrentes da negligência e violência de Estado. Nesses lugares, “o sujeito não só está mais exposto e vulnerável do que em qualquer outra parte da cidade, como também deve permanecer expectante e angustiado frente a uma violência inesperada que pode advir, abruptamente, traumáticamente” (Endo, 2005, p. 225). É confuso e igualmente triste ver que aquele que deveria garantir as condições mínimas de uma vida decente, nos termos que nós cidadãos conhecemos e valorizamos, é justamente quem retira ou mesmo nega, em diversos momentos, as condições para isso. Assim, se desenha o que pode vir a ser o traumático na pobreza.

Seja com a submissão cega ou fechamento autístico, como é sugerido por Rosa (2004a), seja com o simples e complexo torpor, sugerido por mim, observamos que as condições de violência e negligência com as quais as comunidades mais pobres lidam cotidianamente e as poucas chances de elaboração do sofrimento decorrente disso podem

transformar essas experiências em traumas. Um dos meus primeiros passos no terreno como psicóloga da Assistência Social foi reconhecer que trabalhamos em contextos e espaços “potencialmente traumatizantes”. A partir desse reconhecimento, torna-se possível encontrar formas de intervenção que possibilitem aqueles que atendemos a falar sobre o desamparo e a dor causadas justamente pela negligência e violência de Estado. Em atendimentos individuais ou em grupo ou, em diversos espaços, como a rua, as suas casas ou os equipamentos estatais, a intervenção terá como direção a escuta e as trocas entre trabalhadores e sujeitos atendidos num movimento fundamental de alteridade e testemunho.

Muitas vezes me deparei com um certo desconforto por ser representante de um Estado que não cansa de mostrar aos mais pobres a sua faceta opressora e descuidada. Por outro lado, com o tempo, passei a encarar essa representação do Estado como uma maneira estratégica de promover o reconhecimento da dor e a sustentação do lugar de fala daqueles que são silenciados cotidianamente das mais diversas maneiras. Afinal, se o Estado pode ser violento e negligente, nada mais significativo do ponto de vista psíquico, do que que a escuta e o reconhecimento das violações de direitos se deem por um representante do próprio Estado, muitas vezes, dentro de um equipamento estatal. É possível usar esse lugar para não representar a violência, mas para reconhecer um sofrimento e garantir a cidadania daqueles que vivenciam a não-cidadania.

Para Boris Cyrulnik (2009) a diferença para que uma vivência se torne traumática ou não diz respeito ao lugar que o sofrimento ocupa no social. Se ele é lembrado ou ignorado. Se é falado ou silenciado. No caso de comunidades pobres, já observamos o quanto elas se encontram desamparadas na tentativa de encontrar um lugar de valor na sociedade, nas suas “vidas não passíveis de luto” como já assinalado por Butler (2016). Maria Rita Kehl (2000) aponta que o traumático “não tem suas fronteiras delimitadas de antemão” (p. 138), mas acredita que temos como tarefa ampliar as possibilidades do simbólico, mesmo que o real não seja todo recoberto.

Carolina de Jesus (1960/2014) disse que “é preciso conhecer a fome para saber descrevê-la” (p. 29). No caso daqueles que trabalham com populações em situações sociais críticas, acredito que é preciso reconhecer a fome e o desamparo para saber combatê-los. Na minha experiência de trabalho, pude escutar o sofrimento causado pela exclusão social, desde relatos de fome quanto de violência policial. À medida que o tempo passava, esses relatos foram se intensificando, mas confesso que, em um primeiro momento, não pude identificar as razões desse aumento de falas que expunham o maltrato e a dor produzidos em grande parte pela desigualdade social. Só depois é que pude observar com mais atenção que aquelas

peças se sentiam também reconhecidas em seu lugar de fala e encontravam a possibilidade de elaborar o seu sofrimento no encontro com um profissional atento, mas também que representava o Estado cuidador e reparador. Além disso, era o período da construção do Sistema Único de Assistência Social e de um amplo programa de transferência de renda, o Bolsa Família, fatos que, de alguma maneira, também marcavam o Estado na posição de cuidador e reparador e que demonstram que um projeto político que olha para os mais pobres se caracteriza numa intervenção que visa o cuidado não só econômico, mas também psíquico de seus cidadãos. É assim que representamos o Estado e cuidamos. Uma combinação possível e necessária.

6.1. As elites e os pobres: entre a proximidade e a separação na divisão de classes

Ao parar para pensar na elite e nos mais pobres é comum imaginar um fosso gigantesco que separa as duas condições. Mas, na verdade, os privilégios dos mais ricos só são possíveis em função da submissão e opressão dos mais pobres orquestradas e executadas, justamente, pelas “elites” econômicas e culturais do país. As elites e os pobres estão, portanto, mais ligados do que se quer supor. Ao mencionar as elites no plural é porque não me refiro apenas ao poder econômico, mas também à classe média que se enquadra nessa posição por ser uma espécie de guardião da riqueza cultural de um povo. Como diz Souza (2017), quem possui o controle das ideias consegue controlar o mundo – um poder e tanto nas mãos de uma classe média e de uma elite econômica historicamente segregadoras e racistas.

A elite econômica e a classe média encontram-se, portanto, em uma posição privilegiada e de destaque na ordem social. O controle é deles. Por isso, a apropriação de ideias e de comportamentos de um outro grupo social que não o seu é uma via para a perpetuação dessa dominação. Trata-se de tomar para si algo que não é seu num processo constante de deslegitimação do outro. O mais surpreendente desse movimento é que, ao tomar para si algo que pertence a um outro grupo social, o que ocorre não é o reconhecimento de valor desse mesmo grupo, mas justamente o contrário, pois a sua origem é negada ou associada a aspectos negativos. Isso pode ser observado em alguns movimentos musicais e seus artistas que surgiram da favela ou de comunidades mais pobres e que costumam passar por um processo de limpeza étnica e cultural, para assim, serem mais aptos ao consumo de uma classe média que não suporta identificar-se com o oprimido, mesmo que, em diversos

aspectos, a própria classe média também se encontra nesse lugar de exclusão frente aos realmente ricos e donos do poder econômico.

Jessé Souza (2017), ao analisar o golpe de 2016, aponta que sua construção ocorreu, sobretudo, a partir das manifestações de 2013, nas quais houve uma participação intensa da classe média através de diversos alinhamentos políticos. Ele ainda observa que a classe média brasileira historicamente se alinhou à elite econômica numa tentativa de aproximação com esse ideal de riqueza e poder e, ao mesmo tempo, com o intuito de se distanciar de uma camada da população considerada inferior e indigna. No entanto, essa “sociedade” da classe média com a elite econômica do país sempre se mostrou desigual e pouco vantajosa para a própria classe média, que, na ânsia de identificar-se com o poder econômico, atua como representante dos interesses das classes mais altas, recusando-se a enxergar que os seus próprios interesses vão em caminhos muitas vezes opostos.

No Brasil atual, um exemplo desse “mal negócio” são as diversas perdas sofridas pela maioria da população às custas do enriquecimento de uma minoria (Souza, 2017). É possível citar a reforma trabalhista, o aumento de preços dos bens de consumo e das taxas de desemprego e a diminuição das perspectivas de trabalho de toda uma geração que acaba de se formar na universidade, vinda, inclusive, de escolas particulares. Isto é um abalo para a classe média, pois é na educação que reside o seu grande trunfo social.

Quando me refiro à classe média alinhada com o discurso e as ações da elite econômica, retiro dessa discussão uma parcela da classe média que nunca aceitou essa relação desigual e que tenta reconhecer as enormes fendas provocadas pela divisão de classe. Na crônica “2016”, coloco em evidência esse ano que para muitos, como eu, parece não ter encontrado ainda o seu fim, pois segue ressoando e maltratando tanto trabalhadores das políticas públicas direcionadas aos mais pobres quanto os seus cidadãos:

Até que 2016 chegou. Ano dos mais difíceis. Ano dos fatos inacreditáveis, do aperto no peito e do descrédito na nossa democracia. De repente, o que era construção passou a ser destruição. O diálogo foi substituído por decisões arbitrárias. O que para mim e a minha geração parecia um passado distante se tornou uma realidade cruel e ameaçadora. Eu, que nasci e me fiz trabalhadora numa outra realidade, de repente, me vi naufragada num mar de incertezas e desesperança. Neste mar violento e ameaçador há uma criatura a nos espreitar. (Crônica “2016”)

Que criatura é essa que está à espreita? Talvez o monstro da desigualdade social que ganha forças, a cada perda de direitos, que fica mais poderoso à medida que uma parcela expressiva da população do país enfraquece. Por isso, a necessidade de reconhecimento do Brasil como um país que possui uma divisão social de classes absolutamente marcante e que nos serve de orientação para conhecer e identificar os aspectos mais estruturais de sua sociedade. A negação dessa condição tem como resultado a também negação de suas consequências mais nefastas, como a injustiça e a exclusão sociais (Souza, 2017). Nas nossas intervenções, a questão de classes também aparece, pois há um reconhecimento de ambos os lados de que aquele que atende e aquele que é atendido fazem partes de mundos sociais muito diferentes.

Assim, há uma contínua manutenção das desigualdades de grupos já historicamente marginalizados e relegados à condição de sub-humanidade. O mesmo autor ainda questiona a naturalização das hierarquias sociais no nosso país, que não passam por um processo de reflexão como se isso fosse tão comum como o ato de respirar. Em outras palavras, não se pensa sobre a divisão de classes, nos privilégios e nas perdas dos envolvidos, tão próximos e tão separados nesse jogo continuamente alimentado de poder e maus tratos.

Certa vez, estava realizando uma abordagem social, em uma praça em que viviam e circulavam muitos moradores de rua, e foi naquele dia que tive uma das experiências mais interessantes no que diz respeito a uma posição de alteridade. Os moradores de rua haviam feito uma roda enquanto esperavam que a sua sopa fosse preparada num fogão improvisado entre o parquinho e as cadeiras de madeira localizadas no centro da praça. Um grupo cantava, outro bebia, alguns dormiam enquanto também se fazia uma pequena roda para falarem conosco. No meio de pedidos de passagens para o interior ou para o litoral, de encaminhamento para segunda via de documentos dentre outras solicitações e desabafos, um deles, o que estava cantando com uma voz realmente muito bonita, chegou perto de mim e disse: “Deve ser muito difícil fazer o seu trabalho. Ficar convivendo com pessoas tão sujas num lugar tão sujo”. Escutei aquilo e por alguns segundos pensei que era exatamente isso que eu pensava deles. Como devia ser difícil viver naquelas condições. Mas também entendi que ele pôde não só reconhecer mas também respeitar a diferença entre nós.

De fato, não era fácil para ninguém, e sobre isso falamos por um tempo. A partir daí, seguimos conversando sobre como ele se sentia na rua e sobre suas desconfianças em ser acompanhado por “alguém do governo”. Sonhava em ser cantor, mas, ao sair do interior, viu-se enredado, principalmente, no uso constante de álcool. Acabou nas ruas, mas sentia que estava chegando no seu limite, como dizia. Nos falamos mais algumas vezes, sempre através

de abordagens nas ruas. Depois de um tempo, não o vi mais. Soube mais tarde que tinha criado coragem, como falaram seus companheiros de rua, e voltado para a casa dos pais no interior. Dizia que a vida no campo era mais digna; assim, foi atrás da dignidade que não pôde achar numa cidade tão grande quanto desigual.

Se a condição social não é uma escolha de cada um, mas imposta de acordo com o arranjo hierárquico de classes, isso supõe do ponto de vista ético e humano, que a mesma sociedade deve minimamente reconhecer os infortúnios de grupos sociais marginalizados e esquecidos, para, assim, responsabilizar-se por eles. Alguns países europeus no qual uma parcela mais rica da sociedade brasileira costumeiramente exalta e idealiza, como a França, fizeram e ainda fazem isso, pois a pobreza é encarada como uma responsabilidade social. O que faz a desigualdade social nesses lugares menos violenta e atroz comparada com a do Brasil (Souza, 2017). No Brasil, a pobreza é responsabilidade dos pobres e discursos de ódio e de desrespeito dirigidos a eles são ditos muitas vezes sem cerimônia e sem rodeios. Em nome de um “olhar de mercado” e de um “Estado mínimo”, mantêm-se privilégios e discriminações seculares. Os papéis nessa divisão de valor humano estão bem estabelecidos e são poucas as possibilidades escapatórias.

Souza (2017) ainda destaca que esses elementos de exclusão social fazem com que os mais pobres não tenham garantida a possibilidade de enxergar o seu futuro, pois são tragados para uma realidade dura que os faz viver apenas o presente. Eu diria que isso é uma espécie de lei da selva, em que o que conta é a sua sobrevivência diária, e chegar ao fim do dia é uma pequena vitória. Rosa (2015) ressalta que a estratégia dos discursos de poder é justamente indicar que a realidade está determinada, e essa naturalização cria uma suspensão de um juízo próprio e constrói uma política que não leva em consideração questões éticas, gerando mal-estar e, sobretudo, violências de toda ordem. A autora, felizmente, aponta um caminho possível: o de que não se pode separar ética e política, e que juntos cria-se uma “política de resistência à instrumentalização social do gozo” (Rosa, 2015, p. 50).

São muitas as resistências possíveis, considerando que, no nosso país, há, além da pobreza, um outro elemento propulsor das maiores discriminações, violências e omissões: o racismo. O racismo que nem sempre pude reconhecer devidamente, tanto nas minhas andanças como psicóloga pelas favelas de Porto Alegre, quanto nas minhas caminhadas, como cidadã em zonas mais nobres da cidade. Nos trajetos nos dois mundos, havia um ponto de encontro: a miopia era a mesma.

7. Dos encontros com o racismo

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (Jesus, 1960/2014, p. 108).

Devo dizer que os meus primeiros encontros com o racismo enquanto psicóloga da Assistência Social não foram nem de longe tão explícitos e impactantes quanto foram os meus primeiros encontros com a pobreza. Embora eu reconhecesse desde muito cedo a existência do racismo e me considerasse uma pessoa crítica a respeito, eu, como tantos outros cidadãos brasileiros, costumava me comportar de uma maneira que hoje “enxergo” como “míope” em relação a esse fenômeno assustadoramente presente no país.

De tão assustadoramente presente para assustadoramente naturalizado foi apenas um “pulo” para uma sociedade, como a brasileira, tão acostumada em não reconhecer e responsabilizar-se por sua própria história. Me refiro a uma certa miopia por reconhecer a existência do racismo, mas ao mesmo tempo “ver” as coisas de um jeito que hoje considero tão superficial e turvo que faziam com que minhas reflexões e interesse sobre a questão fossem absolutamente insuficientes dada a tragédia da desigualdade racial no nosso país.

Entretanto, como lembra Maria Aparecida Bento (2014), o silêncio, tão confortável aos brasileiros, não tem o poder de apagar o passado e em algum momento o que está represado precisa transbordar, por vezes inesperadamente ou mesmo violentamente. No meu caso, mais uma amostra do encontro entre pesquisadora e trabalhadora, pois foi na pesquisa de mestrado que o racismo ficou mais palpável para mim. Nas discussões e nas leituras, consegui enxergá-lo e escutá-lo melhor e com mais respeito. No encontro com autores e leitores, pude ler e ser lida, sendo possível escutar e enxergar para além do que eu acreditava alcançar. Dentre os meus leitores, encontrava-se uma jovem negra, que tratou de apontar nos meus escritos elementos de uma discussão sobre negritude e pertencimento, fazendo questão de lembrar a “Mãe Órfã”:

A sua condição social, e para “complicar”, o seu gênero e a sua cor, estavam marcados nas suas andanças pela rua e pelos espaços de atendimento. Não havia jeito, esses traços fortes, que mais pareciam um desenho inteiro, traziam seus efeitos das mais diversas maneiras (Crônica “A mãe órfã”)

Não é nada fácil reconhecer a minha participação nesse processo desumanizador que é a miopia e mesmo o silêncio em se tratando do racismo. Afinal, eles se revelam como uma desresponsabilização que só reforça um lugar de pouco valor em relação ao negro e sua história e que mantém intactos os privilégios de tantos outros – lê-se: a parcela de brasileiros brancos, na qual eu me incluo. O branqueamento como o ideal da cor branca, como padrão único valorizado e a ser seguido pela sociedade, é violentador no sentido de que relega ao negro o lugar de escória social, justamente por não preencher os requisitos desse ideal. Assumo hoje a minha miopia ao lembrar algumas situações no trabalho, seja em atendimentos quanto em reuniões com outros profissionais, em que a minha escuta falhou ao não reconhecer o horror do racismo nas violências sexuais contra as mulheres, nas dificuldades em arranjar emprego, no desrespeito sofrido em espaço públicos, nos “paredões” da polícia. O branqueamento fez parte, por um período de tempo mais longo do que eu gostaria, do meu trabalho na Assistência Social.

No Brasil, os brancos não costumam ser confrontados pelo desequilíbrio social proposto pelo branqueamento, transferindo quase que integralmente aos negros a responsabilidade sobre esse processo. Assim, branqueamento e racismo são considerados problemas dos negros, quem, no discurso social vigente, por ter dificuldades de aceitar a cor da sua pele e de seus traços físicos “menos atrativos” (afinal, o belo tem a pele e traços brancos), busca incansavelmente miscigenar-se com o branco, para assim, finalmente, identificar-se com ele (Bento, 2014). Afinal, “(...) para o negro, há apenas um destino. E ele é branco” (Fanon, p. 28).

Contudo, basta um pouco mais de atenção para perceber que esse olhar vigente interessa somente aos brancos, que, dessa forma, não veem seus privilégios ameaçados e menos ainda se preocupam com aqueles que não correspondem ao ideal da branquitude, afinal, o branqueamento não lhe diz respeito. Quando o branco é inserido nessa questão, é apenas para apontar o quanto o seu lugar é cobiçado por grupos não brancos. Ele é apenas um inocente alvo da inveja alheia (Bento, 2014). Porém, é claro que essa inocência branca esconde justamente a responsabilidade branca, afinal, a origem do branqueamento encontra-se na sua elite – que o inventou e tratou de conservá-lo, não esquecendo de apontar, estrategicamente, que o problema é do negro e apenas dele (Bento, 2014).

Assim, o branco toma para si o lugar de “modelo universal de humanidade” e busca legitimar a sua dominação sobre todos os outros grupos raciais, os quais, por não se encaixarem no padrão idealizado personificado pelo branco europeu, são tratados como seres

humanos inferiores e de pouco valor (Bento, 2014; Silva Júnior, 2017). Como nos lembra Fanon (2008), para o negro, a alteridade é branca. Branco e negro estão, portanto, em lados opostos na hierarquia social e, com isso, vemos o quanto a superioridade e a inferioridade, embora sejam construções sociais, são tratadas como processos naturais e mesmo biológicos, como algo intrínseco a cada grupo racial. Essa naturalização de uma hierarquia humana baseada na cor da pele tem efeitos os mais nocivos naqueles que de antemão são considerados errados e incapazes. São destinos “traçados na maternidade”, como cantou Cazusa (1985). A opressão mostra toda a sua força de violência e de desqualificação.

As palavras de Frantz Fanon (2008), entretanto, são um grito de resistência e desvelamento da verdade ao bradar: “precisamos ter a coragem de dizer: *é o racista que cria o inferiorizado*” (p. 90). Isso mostra a necessidade de se falar da responsabilidade branca frente ao racismo e ao branqueamento e de reconhecer todo o privilégio que a branquitude vem gozando por tanto tempo. Nesse sentido, Bento (2014) aponta o quanto a noção de privilégio é essencial para a discussão sobre o racismo. Afinal, silenciar-se em relação a isso só tem como propósito a manutenção da desigualdade racial para o seu próprio benefício. O branqueamento reforça a hegemonia branca frente aos demais, mantendo o seu lugar privilegiado frente aos outros grupos raciais. É um movimento que se caracteriza por um forte elemento narcísico, de autopreservação (Bento, 2014). A mesma autora defende a ideia de que a discriminação racial não se refere apenas ao preconceito, mas pode também ter origem no desejo de, justamente, perpetuar o privilégio branco, apontando a teoria da discriminação com base no interesse. Essa manutenção do privilégio branco pode vir acompanhada da repulsa ao negro, ocasionando, exatamente, a discriminação (Bento, 2014).

Esse movimento de desvalorização do outro, a ponto de identificá-lo numa posição de menos valor como ser humano, é o caminho que dá início à exclusão moral e que, de alguma maneira, autoriza o maltrato e a exploração do excluído e se configura como um “descompromisso político frente ao sofrimento do outro” (Bento, 2014, p. 29). Não há solidariedade ou identificação com aquele que não ocupa o mesmo lugar na (injusta e estratégica) escala social de valor. A lógica aí colocada, e que podemos identificar tanto no racismo quanto na pobreza, é a de que “se essa pessoa está abaixo de mim, ela, portanto, está aos meus pés”.

No Brasil, vemos esse fenômeno se transfigurar no cotidiano através dos assassinatos infundáveis de jovens negros nas periferias, nas chacinas em presídios estimuladas pelo poder público ou mesmo em uma reforma trabalhista que visa beneficiar apenas a elite econômica do país e empobrecer ainda mais a sua parcela crescente de pobres e miseráveis. Porém, não

sejamos ingênuos: a exclusão moral está na nossa vida cotidiana para além dos grandes acontecimentos acima mencionados. Tendemos a valorizar e proteger o nosso grupo de pertença e, para isso, muitas vezes usamos o expediente da desvalorização ou mesmo da invisibilidade do outro.

Nem sempre reconhecemos o quanto um outro grupo social pode ser subjugado ou silenciado. Vemos isso não só em se tratando dos negros e pobres, mas também em relação às mulheres, indígenas, homossexuais e nordestinos. Eu mesma, como uma mulher nordestina trabalhando na prefeitura de uma capital do lado sul do Brasil, apenas hoje pude reconhecer alguns momentos em que fui desvalorizada ou questionada, pois junto com as minhas falas vem o meu sotaque “carregado”. Sotaque nordestino que para muitos remete à ignorância e ao pouco saber. Atualmente exerço a função de supervisora de equipes de CRAS e CREAS que atendem duas regiões extensas de Porto Alegre e, só agora, ocupando esse lugar em que se supõe um saber, percebo que a minha fala inevitavelmente também vem acompanhada de um sotaque-resistência.

No entanto, no caldeirão dos preconceitos, se ainda assim for negro e pobre, a sua condição social está fadada a ocupar o porão da hierarquia social. O porão costuma ser o lugar abandonado de uma casa, onde se guarda aquilo que já foi usado e não tem utilidade. O Brasil-casa sempre utilizou muitos porões. É o Brasil do silêncio e da omissão.

É, nesse contexto social, que se opera o trágico da dupla *invisibilidade-excesso de visibilidade*. Invisibilidade pela negação do seu sofrimento e de seu lugar como ser humano e excesso de visibilidade por serem observados minuciosamente pelo olhar da discriminação, que julga e condena antes de qualquer prova. No caso do negro, o crime está na cor de sua pele. É como nos alerta Frantz Fanon (2008): “O branco está fechado na sua brancura. O negro na sua negrura” (p. 27).

Quando dei aula no estágio de docência no mestrado, em uma disciplina que criamos para discutir as desigualdades sociais e raciais à luz da psicanálise, uma aluna negra, durante uma aula em que discutíamos o racismo e o branqueamento, nos contou ter aprendido, como se fosse um mantra, com sua família negra e de classe média (dois fatores de uma equação para muitos difícil de entender), que, “ao pisar o pé fora de casa”, era necessário estar “muito bem arrumada”. Isso incluía a proibição de chinelos e roupas folgadas; afinal, o fato de serem negros já alimentava nos “cidadãos de bem” e de cor clara, a ideia de criminalidade e malandragem. Ser seguida em lojas ou ser mal atendida já era esperado, embora sempre causando um profundo mal-estar. Nessa sociedade da hierarquia de valor humano, há o que Musatti-Braga (2015) chama de “gestão policial da vida”, em que uma parcela da sociedade

tem a sensação de que a lei a protege, enquanto uma outra encontra nas leis apenas uma ferramenta de controle e criminalização (Musatti-Braga, 2015).

A negritude provoca medo, mas no fim, a quem queremos enganar? A pretensa vítima é um disfarce, a qual, se desmascarada, revela-se o algoz. Bento (2014) assinala o quanto o olhar do europeu, dominante e invasivo, construiu a noção do não europeu como uma ameaça. Contudo, o Outro ameaçador diz respeito ao próprio europeu que constrói o Outro a partir de si próprio num movimento paranoico que tem como pano de fundo o medo. O medo de quem não é igual a si e o medo que tem de si mesmo pelas próprias semelhanças que identifica inconscientemente. Vannuchi (2017) trata dessa paranóia a partir desse olhar inconsciente sobre si na relação com o Outro:

Não odiamos os animais, ainda que eles nos produzam medo. Odiamos o mórbido, o feio, o sujo, o malvado, refletido no igualmente humano. O racismo se alimenta daquilo que aparece reproduzido, mas radicalmente recusado, na inscrição da própria identidade. Se a relação com o outro/semelhante é problemática para todos nós, humanos, racismo faz da cisão do caráter paradoxal, sempre presente, entre a mesmidade e a alteridade, seu ponto de partida. Apresenta uma saída, na direção de desprezar, de expelir de si aquilo que causa desconforto e é vivido como sinistro.

Projetar o estranho é uma solução da economia psíquica e o mecanismo do ódio racista tem na estrutura da paranoia o seu modelo (Vannuchi, 2017, p. 63).

Uma reversão dessa lógica que apazigua a alma branca é necessária, pois essa questão diz respeito ao branco, o qual tem dever ético de se auto-confrontar. Dessa forma, a desigualdade racial no Brasil deve ser problema de branco sim.

O racismo e o branqueamento negam a possibilidade de reconhecimento de valor ao negro, visto que inferiorizam e maltratam a sua negritude e o condenam a um lugar de sub-humanidade. Prefiro acreditar, contudo, que o reconhecimento disso é o primeiro passo para uma reflexão e retomada de posição, algo que foi fundamental para que eu de fato pudesse me encontrar com o racismo enquanto trabalhadora da Assistência Social, mesmo que tardiamente. Na crônica “2016”, eu comento sobre os vários nascimentos que uma pessoa pode ter durante a vida. Ter me aprofundado nos estudos sobre o racismo foi uma espécie de nascimento de um olhar. De início foi um encontro tímido, mas lembro bem como surgiu e me ponho aqui a lembrar.

Todo mês, os trabalhadores que atuam nos equipamentos da FASC devem preencher uma planilha de Monitoramento e Avaliação em que são fornecidos os dados de atendimentos e acompanhamentos realizados por cada profissional. São planilhas específicas para cada espaço de atendimento, levando em consideração os níveis de complexidade estipulados pelo Sistema Único de Assistência Social, o SUAS – básica, média e alta – e as características de

cada lugar, como por exemplo, abrigos de crianças e adolescentes, espaços de atendimento de adultos em situação de rua ou famílias em acompanhamento sistemático em CRAS e CREAS.

No caso dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social, os CREAS, a planilha contém perguntas envolvendo o acompanhamento de casos que foram iniciados em função de algumas violações de direitos ou por uma série de situações de risco. Uma das questões se referia especificamente ao racismo, indagando se a violação de direitos ou situação de risco se deu em função da discriminação pela cor da pele.

Todo mês era sempre igual, eu costumava olhar para aquela pergunta e me indagava a respeito, mas no fim não apontava o racismo como uma questão a ser considerada para o início de atendimento ou que tivesse sido geradora de uma situação de risco para quem era atendido. Passei a indagar as minhas colegas de trabalho e o mesmo acontecia com elas. Por muito tempo, essa questão na planilha ficou relegada ao vazio do não preenchimento. Uma vez por mês, eu a olhava, me causava um certo desconforto e, logo depois, eu aparentemente a esquecia. O que me angustiava cotidianamente – e eu sabia e reconhecia – era a violação brutal de direitos causada pela violência da miséria; o que, entretanto, não me produzia a mesma indignação era a violação de direitos brutal causada pela violência do racismo e do branqueamento. Em ambos os casos era a injustiça social produzindo vítimas e algozes.

Posso garantir que, nos quase cinco anos em que trabalhei no CREAS, essa opção nunca foi marcada por ninguém da equipe. Naquela época, eu podia não perceber, mas o meu encontro com o racismo enquanto trabalhadora já estava acontecendo. Aquela questão que aparentemente eu não “dava bola” era na verdade a que mais me causava desconforto e desconforto, a ponto de eu saber que nunca foi preenchida enquanto estive trabalhando naquele espaço de atendimento. Um desconforto pela omissão em olhá-la e uma desconforto, pois algo estava se produzindo em termos de reflexão sobre o racismo e o branqueamento: a miopia ia, aos poucos, diminuindo.

7.1. Psicanálise: vamos falar sobre o racismo?

Ainda pensando na minha miopia racial, tendo a acreditar que o meu desconforto não era apenas como uma trabalhadora atuando na política de Assistência Social e acostumada a lidar cotidianamente com a desigualdade social. Era também a psicanalista que não encontrava, nos seus pares e nas suas leituras, um bom meio de reflexão e posicionamento político. De fato, não posso cometer a injustiça do esquecimento de que alguns psicanalistas trataram de reconhecer e discutir o racismo à luz da psicanálise. Mas não há como negar que

foram poucos que se aventuraram nessa empreitada que se constitui como uma dívida histórica de uma teoria e uma prática clínica comprometida com um pensar e um fazer éticos.

Difícil não chegar à conclusão de que a psicanálise, em se tratando do racismo, acabou por escolher o caminho mais alinhado com uma classe social e racial específicas: o da omissão e da invisibilidade. A psicanálise brasileira, em diversos momentos de sua trajetória, privilegiou a importação de teorias europeias para sustentar uma prática clínica, retirando, assim, a possibilidade de refletir e reconhecer as peculiaridades do país e de seu povo e, por fim, promovendo aquilo que procura evitar: a homogeneização dos sujeitos. Esse caminho europeu tem semelhanças, não coincidentemente, com a trajetória do Brasil como nação, que, no seu mito fundador mais difundido, nos coloca como herdeiros de Portugal em se tratando de uma concepção de nação, que se diz, no discurso social, orgulhosa por fazer parte de um país miscigenado, mas que tenta esconder, a todo custo, que na prática cultiva a intolerância e o mais profundo racismo.

Ora, mas seria possível não levar em consideração os efeitos da desigualdade racial na subjetividade do negro? Afinal, trata-se de uma desigualdade marcada na pele pelos açoitamentos da escravidão e que, a despeito e também pela cegueira coletiva, produz sérias consequências sociais e subjetivas até hoje. No Brasil, a psicanálise pouco se debruçou sobre os efeitos do racismo na subjetividade do negro, o que deixou ainda “a dever” uma discussão ampla e consistente desse tema que está permeado por questões sociais e coletivas e que, portanto, lhe diz todo respeito (Kon, 2017; Borges, 2017).

Não há como recusar ao negro um sofrimento que está presente desde antes de nascer, por se tratar de um fenômeno transgeracional e que atingiu e segue atingindo todo o seu grupo social. Os negros de hoje carregam, como uma herança maldita, as marcas dos maus tratos infligidos aos seus antepassados. As chibatadas ainda doem. Os senhores de engenho e os capitães do mato ganham novas personificações. A escravidão os espreita.

O ideal branco em corpos negros aniquila a possibilidade identificatória em relação à sua cor e aos seus traços físicos. Se o eu é, em princípio, constituído pela representação corporal, Vannuchi (2017) se pergunta como se dá o vir-a-ser de um sujeito que possui uma pele que é condenada, pelo imperativo social, ao apagamento. E não era isso que acontecia com a filha de Francisca, “a mãe órfã”? *“A acompanho quando vê que o vitiligo de sua filha, a que ainda não foi levada pelo Estado, cresce à medida que suas incertezas e fragilidades aumentam”* (Crônica “A mãe órfã”). Eis aqui o imperativo do branqueamento invadindo o corpo de uma criança que via a sua pele negra clarear pelo vitiligo. Vitiligo que aumentava e

se espalhava desordenadamente à medida que sua família preta e pobre parecia não ter lugar no mundo.

Vannuchi (2017) assinala que essa pele acaba por se constituir em uma “ferida aberta ou um objeto perseguidor” ocorrendo aí o “crime perfeito” orquestrado pelo branqueamento: o negro, ao buscar se branquear, acaba por se apagar, negando a sua existência e desejando, assim, a sua própria extinção. Numa tentativa de expurgar o sofrimento e sobreviver psiquicamente, o negro pode encontrar a via da denegação do racismo. No entanto, essa estratégia acaba por colocar em xeque justamente o que sente na pele cotidianamente – a violência racial (Vannuchi, 2017). Embora tenha como intenção a sobrevivência psíquica, ocasiona o efeito contrário, pois reafirma o seu sofrimento pela impossibilidade de reconhecimento e pela invisibilidade. Ele retorna ao ponto de partida do seu apagamento pelo branqueamento num circuito de dor que o faz sair ainda mais machucado.

Muitos podem apontar o receio da psicanálise em homogeneizar ou generalizar o sujeito a partir da questão do racismo e do branqueamento, mas, como lembra Musatti-Braga (2015), essa mesma preocupação não impediu que muitos teóricos da psicanálise se debruçassem sobre temas que também correm o risco de serem considerados genéricos, como “os adolescentes”, “os melancólicos” ou “os toxicômanos”. A mesma autora defende que a cegueira da psicanálise frente ao racismo – cegueira bastante seletiva, vale ressaltar – está ligada à dificuldade dos psicanalistas – a maioria de cor branca e de uma classe social mais alta – de encararem que seus privilégios só são possíveis pela submissão do outro e que não escutar seria a maneira encontrada para eximi-los de qualquer responsabilidade. O mesmo que Rosa (2004a) aponta quando se refere diretamente às pessoas em situação social crítica, de que é melhor não ver que somos os monstros por trás da opressão e do sofrimento causados a um outro ser humano.

Nesta cegueira psicanalítica, podemos ainda supor um componente fundamental e muito grave. A noção de que o branco se constitui como o “paradigma da condição humana” e que, ao estar nessa posição de cor universal, não há razões para se questionar ou se preocupar (Musatti-Braga, 2015). Esse é um exemplo de que a vivência na pele e pela pele faz diferença na percepção sobre uma questão, embora seja também possível que alguém, mesmo fora desse lugar, possa realizar um necessário reposicionamento sobre isso: a alteridade nos convida a isso. Um convite a se implicar diante de um fenômeno social no qual todos fazem parte e se constituem socialmente e psiquicamente.

Outra característica da omissão psicanalítica possível de ser identificada é o esquecimento de psicanalistas negros e de suas produções teóricas que tratam de se debruçar

sobre o racismo e a negritude. Musatti-Braga (2015) aponta especificamente algumas psicanalistas negras que fizeram obras de grande relevância sobre as questões da desigualdade racial e do lugar do negro no país e que foram pioneiras nas discussões não só sobre o racismo como também em campos mais amplos da psicanálise como Virgínia Bicudo e Neusa Santos Souza: “(...) a memória sobre as autoras e sobre suas pesquisas vai perdendo a cor, sofrendo um processo de *branqueamento* ou *invisibilização*, intensificando ainda mais a sensação dessa escassez” (Musatti-Braga, 2015, p. 71).

Virgínia Bicudo e Neusa Santos Souza, possuíam em comum, além da psicanálise, a cor da pele e trataram de escrever a respeito da negritude com o intuito de situar o lugar do negro na sociedade. Em 1941, Virgínia Bicudo realizou uma pesquisa – que setenta anos depois veio a se tornar o livro “Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo” – em que entrevistou negros de várias classes sociais, buscando revelar as suas opiniões e posturas a respeito da sua cor, levando em consideração, para a sua análise, o tom da pele dos entrevistados. Já Neusa Santos Souza tratou de estudar o lugar do negro quando ele se encontra numa posição social ascendente, numa visão pioneira em termos de discussão teórica, pois desvinculou a cor da pele à condição de pobreza. Entretanto, ainda em comum entre elas foi a omissão e a falta de reconhecimento, por um grande período, da importância de suas obras.

Essa postura de omissões da psicanálise não deixa de causar um certo assombro considerando que Freud, o “pai da psicanálise”, tratou de teorizar, num período histórico muito delicado, sobre aquilo e aqueles de quem a sociedade da época não queria falar: a sexualidade infantil, a homossexualidade, os efeitos das guerras na subjetividade, entre outros assuntos que são referenciais até hoje para os psicanalistas. A psicanálise, portanto, foi criada em um terreno inexplorado e por muitos considerado perigoso de se andar. A psicanálise nasceu desbravadora e corajosa. E por que não continuar assim?

Kon (2017) conclama o seu desejo de ver a psicanálise brasileira desenterrar dos “escombros do recalcamento e da denegação” todo o horror da desigualdade racial que remonta do processo de colonização e de escravidão. O desejo de que a psicanálise, enfim, promova sua marca e seu fazer ético através da reflexão e discussão efetivas no sentido de reconhecer todo o sofrimento e exploração direcionados a uma grande parcela da população do país que teve sua cidadania e mesmo os seus sofrimentos negados ou não escutados.

Uma ação como essa, que deveria atravessar o cotidiano da clínica psicanalítica (pois não é mais admissível nem a ingenuidade, nem, tampouco, a indiferença), é digna e dignifica um bem e com psicanálise, disciplina tão *sui generis* que postula como bem maior a ética do desejo que, submetida à

lei, enfrenta a tirania com a justiça e estabelece o valor de se levar sempre em conta o desejo do outro (Kon, 2017, p. 28).

É muito importante que essa necessária reflexão venha acompanhada de uma outra posição da clínica psicanalítica e que aquele que esteja sendo atendido possa ser escutado a partir das peculiaridades inerentes a ser uma pessoa negra numa sociedade, que como assinala Vannuchi (2017), tem na brancura a sua “imagem fetiche”. Fanon (2008) aponta que, como psicanalista, entende que deve ajudar o seu cliente a superar o imperativo do embranquecimento “alucinatorio” e, quem sabe, promover as mudanças que combatam a noção cristalizada do branco como norma social.

Não deve estar mais em jogo, portanto, a difícil escolha de se tornar branco ou desaparecer, mas sim a possibilidade de ser negro e de existir; e, não tendo o respaldo social para isso, que possa reconhecer as razões que o impedem de exercer a sua negritude e que o arrastam para o branqueamento ou para o seu aniquilamento. Não se trata de impedi-lo de querer branquear, mas, ao reconhecer as causas sociais de sua (não) aceitação, poder de fato escolher os caminhos a seguir, sejam eles a ação ou a passividade (Fanon, 2008). É dar a chance para se livrar da alienação inconsciente do olhar do outro em busca de aprovação e de um desejo que não é seu – posição infantil e muito familiar na clínica psicanalítica.

Esses elementos mostram que se trata de uma intervenção clínico-política, portanto (Tabacof, 2017). Rosa (2015) nos lembra que a palavra e o ato não são inocentes. O ato indica uma implicação, é comprometido e esse compromisso acaba por garantir sua inscrição na cultura. Como ato político, promove a resistência do que chama “instrumentalização social do gozo” (Rosa, p. 52, 2015). É a psicanálise escutando e possibilitando a circulação da palavra, pois é falando que vamos saindo dos lugares costumeiros e nos permitimos avançar para conhecer novas paisagens, novos horizontes. Dizem que, a cada viagem que realizamos, mudamos um pouco. Uma separação e um reencontro de si acontecem. Seria, então, diferente com as viagens pela palavra? Está aí um bom jeito de psicanalisar.

Camila⁸, uma integrante do segundo grupo de leitoras das crônicas, como estudante de psicologia vinha descobrindo nas leituras da psicanálise um referencial teórico na sua futura profissão, levantou uma longa discussão a respeito do racismo e da desigualdade social, estimulada principalmente pela “*A mãe órfã*”. Com uma fala pausada, ela foi nos dizendo o que para ela significava ser uma mulher negra, ou melhor, como estava se tornando uma mulher negra. Camila escolhia com cuidado cada palavra talvez por ser a única mulher

⁸ Foi mantido o seu nome verdadeiro a pedido da mesma.

negra daquela roda composta por mulheres brancas, mais velhas e com mais tempo de trabalho na Assistência Social. A sua experiência como uma mulher negra lhe dizia que falar sobre o seu lugar no mundo e sobre o caminho que precisou traçar para se reconhecer nem sempre pode ser compreendido tão facilmente, mesmo em um grupo de mulheres que ousam pensar e trabalhar em espaços marginalizados.

Camila estava se tornando uma mulher negra, pois percebeu que para isso precisava mais que nascer com a cor negra, uma cor que carrega marcas ora de apagamento, ora de exposição violenta. Para ela, tornar-se uma mulher negra é estar atenta ao mundo ao seu redor, que a julga e a recrimina sem rodeios, mas é também não aceitar esse lugar de ré. É problematizar com os outros e, principalmente, consigo esse olhar que recrimina e busca incapacitar. Tornar-se uma mulher negra, para ela, era acreditar na beleza dos seus traços, na inteligência dos seus atos e na força do diálogo e da reflexão. Com a voz pausada e as palavras escolhidas com delicadeza e emoção, nos fez presenciar um de seus nascimentos.

Contudo, Camila também sabe que o racismo no nosso país é tão forte quanto é a sua negação, o que faz o “ser” negro algo que vai muito além de questões meramente biológicas ou fenotípicas; afinal, um corpo carrega as marcas da cultura de um povo. Isso é o que Silva Júnior (2017) chama de segunda pele da nossa primeira pele, o corpo biológico. Tornar-se negra está longe de ser óbvio, pois exige reconhecer, penosamente, todo o sofrimento e a discriminação impostos à negritude, mas, por outro lado, é também um movimento dos mais potentes pois visa um resgate e um comprometimento em relação à sua história, tomando para si uma posição de protagonismo (Souza, 1983).

O seu interesse crescente nas manifestações dos movimentos negros, que desempenham um papel fundamental na valorização da negritude, fez Camila sair de uma posição de vítima paralisada frente à exclusão social e racial. Sentia que agora não estava mais em jogo apenas a dor do apagamento e do preconceito, mas a força da valorização e da beleza de sua pele (Vannuchi, 2017).

No caso de Camila, o tornar-se uma mulher negra acontecia ao mesmo tempo, talvez não coincidentemente, com o seu processo de tornar-se uma profissional, já que estava em vias de se formar na faculdade de psicologia, tendo concluído, havia poucos meses, um estágio em abrigos de crianças e adolescentes. Desempenhava ainda um lugar de pioneirismo em sua família materna de 12 irmãos, pois estava abrindo as portas da universidade, ao se formar em um curso superior.

Ela pôde falar, instigada pela crônica em que falo de uma mulher negra e pobre, sobre a sensação de não pertencimento a certos lugares, da culpa por achar que se omitiu em

algumas situações ou o medo de se posicionar em tantas outras. Sentia-se muitas vezes solitária por não encontrar representatividade aonde ia, mas, ao mesmo tempo, disse lutar contra um sentimento de não pertencimento, fosse ele real ou imaginado. Assim, foi capaz de se tornar uma mulher negra nas salas de aula, no seu local de trabalho e nas ruas mais distantes de onde morava.

Lembra que uma vez uma moça negra lhe interpelou, numa pergunta-afirmação, comentando como a vida dela também devia ser mais difícil por ser negra e do sofrimento que isso lhes causava. A sua resposta, no entanto, lhe provoca ainda hoje um pesar, pois a sua reação imediata foi negar essa dificuldade e dizer não saber do que ela estava falando; afirmou enfaticamente que não sofria nem nunca sofrera por isso. Camila recorda, como se fosse hoje, o olhar de estranhamento daquela moça, que buscava em uma outra jovem negra uma identificação e um testemunho. Na mesma hora, não conseguiu entender porque negou com tanta veemência o racismo que ela e sua família sofreram durante toda a vida e que conhecia tão bem.

Porém, é preciso aprender a se perdoar. Sabe bem que já carrega muito peso desde que nasceu, pois a sua pele tem a cor que a sociedade vê como errada. Um peso que no momento da conversa com aquela jovem, não estava preparada para reconhecer. Isso exigia ir fundo no sofrimento que recebeu como herança. Talvez aquele diálogo não possa mais ser recuperado, mas sabe que agora se sente mais preparada não só para falar sobre a sua negritude, mas para reconhecê-la e valorizá-la. Imagino que da próxima vez que uma jovem procurá-la buscando uma identificação num mundo em que não lhe é permitido se identificar, ela falará como a mulher negra que corajosamente se tornou.

7.2 Racismo à brasileira/elite à brasileira

O racismo em nosso país ganha contornos próprios e peculiares, pois o Brasil tem seu mito fundador da identidade nacional, alicerçado pelas ideias de Gilberto Freyre e de Aurélio Buarque de Hollanda, que assinalam a mestiçagem racial como um ponto de união entre o povo e a consequente cordialidade que emana dessa condição. Não há conflitos raciais, e essa “boa” convivência nos faz um povo tolerante e em harmonia (Souza, 2017; Munanga, 2017). A nossa mestiçagem seria motivo de orgulho e nosso símbolo maior como nação desprovida de conflitos étnicos. Partindo desse olhar, desconsidera-se todo o peso da escravidão no Brasil – o último país da América a aceitar libertar os seus escravos.

Portanto, temos aí um impasse, pois, de um lado, temos a ideia difundida até hoje no discurso social da harmonia racial e, do outro lado, temos um país que abraçou com toda força a escravidão e as suas características de violência e opressão. Jessé Souza (2017) aponta essa incongruência e ousa desmitificar o mito, ao apontar que nossa ancestralidade, como nação, que serviu para moldar o nosso povo não veio de Portugal, país que em suas terras europeias sequer teve o mesmo contato com a escravidão.

De fato, o Brasil é constituído por sua longa história de opressão e violência em relação aos negros e de benefícios igualmente assustadores destinados aos brancos, sobretudo à sua elite econômica. Essa negação do inegável constitui o racismo à brasileira, composto por ingredientes tropicais de violência, subalternidade, invisibilidade-supervisibilidade e medo. É o que Munanga (2017) aponta como a “inércia do mito da democracia racial brasileira” (p. 38). A quem e para que ela serve? O mesmo autor sugere que o fato de o Brasil não ter, em sua história, leis segregacionistas, como em outros países, faz o brasileiro ter a falsa percepção de que o racismo não se faz presente em terras tupiniquins. Mas podemos desmascarar o nosso racismo só pelas entrelinhas, afinal, ele está presente nas piadas cotidianas e nas mudanças de calçada. O nosso racismo pode ser facilmente encontrado nas vilas e favelas, nos trabalhos precarizados, nos personagens das novelas e na cegueira coletiva de um povo.

Ser negro no Brasil é violentador. É o que Munanga (2017) chama de “um crime perfeito”, por não “só” matar o corpo físico do negro, mas também por condenar e assassinar a sua fala, o seu olhar e a sua possibilidade de se identificar no mundo. A ideia do país alegremente miscigenado produz rupturas ainda mais delicadas, no momento em que divide os negros pelo tom de sua pele e faz do branqueamento uma solução possível frente ao horror da discriminação e do não pertencimento.

Assim, a mestiçagem facilmente pode servir aos interesses de uma elite branca desesperada por manter seus privilégios seculares, ora para negar o racismo, ora para desvalorizar as políticas afirmativas que visam reconhecer a responsabilidade do Estado frente às desigualdades raciais e sociais. Mas “se os intelectuais, jornalistas e políticos não sabem distinguir os negros dos demais brasileiros, evidencia-se que os policiais ou os zeladores dos prédios nunca tiveram dificuldade” (Munanga, 2017, p. 41). Ser negro no nosso país é viver sob suspeita. Uma cor é um crime.

Quando fui supervisora de abrigos da prefeitura que acolhiam crianças e adolescentes, presenciei essa situação concretamente em algumas ocasiões. Uma delas envolveu o jovem

Pedro⁹. Ele tinha 13 anos quando o conheci e sempre chamou atenção pois parecia mais velho do que sua idade indicava, tanto por sua aparência quanto pela forma de se comportar. Era um rapaz negro, com porte atlético e alto. Ia bem na escola, sendo uma figura de liderança para as crianças e adolescentes acolhidos no mesmo abrigo que ele. Costumava ser aquele que conseguia dialogar com os adultos que trabalhavam no local e os jovens acolhidos – função nada fácil em um espaço com uma multiplicidade de pessoas e histórias e em que cuidado e proteção podiam ser confundidos, por vezes, com autoritarismo e punição.

Essas características de Pedro e de tantos outros em condições parecidas são retratadas em um trecho da crônica “2016”: *“Isto também me faz pensar que durante a vida colecionamos muitas idades. Aquelas crianças que a apoiaram no seu momento de perda, por exemplo, eram senhoras experientes na arte de viver e prosseguir”*. Pedro era um jovem que cultivava várias idades e que aprendeu, desde muito cedo, muito antes de pessoas de fato mais velhas do que ele, sobre perdas, preconceitos e retomadas.

Sabia o que significava ser um jovem acolhido em um abrigo, pois já sentira na sua pele negra alguns olhares, palavras e atitudes cheias de preconceito em função de sua condição social e familiar. Seus pais tinham um longo histórico de situação de rua, sendo que sua mãe havia morrido em decorrência dos sintomas da AIDS, período em que Pedro e seu irmão mais velho foram acolhidos. O seu pai não pôde oferecer, naquela época, os cuidados que seus filhos precisavam – algo que não podia garantir nem para si mesmo. Ser um jovem negro e institucionalizado significa, em muitos momentos, carregar o carimbo da inadequação social. Tomei consciência disso em 2014 quando me tornei supervisora técnica das equipes que trabalhavam em espaços de acolhimento de crianças e adolescentes. Passei a verificar uma certa percepção coletiva, nem sempre dita claramente, de que algo estava errado com esses jovens e de que a culpa seria de sua família e mesmo de si próprios.

Pedro sabia o que significava ser um jovem negro, pobre e institucionalizado, mas foi em um dia, em meados de 2017, que eu entendi o que isso realmente significava na vida dele. Tudo começou em um dia que parecia como qualquer outro, com a diferença de que Pedro acordou mais sério do que de costume. Parecia cansado das obrigações impostas, era muito jovem, afinal. Não quis conversar com ninguém e foi direto para a escola. Durante a manhã, seguia sério e até irritado. Não estava muito disposto a escutar nenhuma cobrança ou olhares atravessados. Resolveu que naquele dia não seria o guri certinho e obediente que esperavam e que já estava acostumado a ser. Foi preciso, então, que a sua professora falasse mais alto com

⁹Nome fictício.

ele, pedindo que se sentasse, que a sua raiva que estava se acumulando extravasou poderosamente. Gritou, ameaçou a professora e bateu em algumas cadeiras da sala de aula. Os adultos tiveram medo daquele jovem alto, pobre e negro e chamaram a polícia. Não era a primeira vez que a acionavam em função de um aluno com as mesmas características. Chamar a polícia parecia o caminho natural frente ao grito de jovens institucionalizados e pobres.

A polícia veio e o levou direto para a audiência com a juíza de plantão. Um educador social do abrigo em que estava acolhido apresentou-se como seu responsável. A audiência começaria em alguns minutos e Pedro estava ainda atordoado, do mesmo jeito que o educador, ainda sem acreditar que o menino havia ameaçado a professora de um jeito tão violento, como haviam afirmado na escola. No entanto, o trabalhador do abrigo, devido à sua experiência no acolhimento institucional, aliada à sua sensibilidade pessoal, não se permitiu julgá-lo. Deu uma bronca no rapaz, mas tentou entender o que havia acontecido. Sabia, por já ter acompanhado audiências de outros jovens, que o julgamento e a sentença que estavam por vir poderiam ser muito duras. Não estava errado.

Assim, chegou o momento do encontro com a juíza, que primeiro olha para o que está escrito no boletim de ocorrência e depois dirige seu olhar, pela primeira vez, à Pedro e sem pestanejar decreta: **VOCÊ NÃO TEM FUTURO! NA VERDADE, O TEU FUTURO É NA PRISÃO, POIS É PRA LÁ QUE VÃO MARGINAIS COMO VOCÊ!**

De repente, aquele jovem responsável e de boas notas e que dentro de alguns dias iria iniciar o estágio remunerado que tanto pedia, passa a ser um marginal aos olhos da representante da lei e da classe média abastada. Ela nunca havia visto Pedro, e ele não tinha qualquer antecedente criminal, mas esses argumentos não eram exatamente necessários. Afinal, ela só viu um jovem pobre e negro na sua frente e, para ela, isso já era o bastante. Tudo fez sentido.

Menos para Pedro, que, por 15 anos, tentou ser um jovem que parecia fazer tudo direito. Lembrou do esforço em não brigar com o pai quando eles moravam na rua, lembrou do esforço para se adaptar ao abrigo com tantas pessoas diferentes e que mudavam a cada dia, e se lembrou de o quanto precisou crescer mais rápido para poder proteger seu irmão, que se mostrava ainda mais desamparado que ele. E tudo para encontrar um futuro diferente do da mãe, que morreu em um hospital depois de ficar vários dias jogada na rua sendo consumida pelo vírus da AIDS. Ou do pai, que passava os dias ora pedindo dinheiro, ora recolhendo latinhas para a noite aliviar o seu desamparo através de drogas lícitas e ilícitas. Porém, em menos de 5 minutos, na frente de uma juíza que nunca antes o vira e sequer queria saber de

sua história, foi decretada a sua sentença mais importante naquele dia e talvez por muitos anos: ele não tinha futuro! Assim, o jovem que era um exemplo para os outros meninos do abrigo passou a ser um criminoso sem um horizonte. O futuro lhe foi negado naquela tarde. Ou melhor, lhe foi destinado o futuro de um excluído.

Contudo, mesmo o mais poderoso dos discursos também pode ter um contraponto – o que ocorreu a partir da intervenção de uma equipe de trabalho atenta e cuidadosa. Em reunião de equipe do abrigo, ocorrida logo após a audiência, foi feita a discussão de todo o acontecimento envolvendo Pedro. A minha reação inicial foi de indignação e mesmo de descrédito, afinal, como foi possível falar algo assim de um jovem como ele? Passado esse primeiro momento, foi possível traçar o plano de intervenção que chamei de emergencial. Era necessário ouvi-lo, para que pudesse elaborar aquelas palavras tão violentas que lhe foram dirigidas. Mas era também preciso que a equipe, composta por psicólogos, assistentes sociais, educadores, auxiliares de serviços gerais e porteiros, falasse. Eles tratariam de lembrar a Pedro o quanto ele era admirado e respeitado no abrigo e que aquelas pessoas, diferente da juíza, o conheciam muito bem. Ali, foi também discutida a relação com a escola e a marcação de uma reunião para pensar sobre o que havia acontecido naquele dia. Enquanto discutíamos os rumos da intervenção, víamos que muitas ações já haviam sido feitas desde que ele retornara da audiência.

As próprias crianças e adolescentes, sabendo do que tinha acontecido, foram ainda mais cuidadosas e amorosas com Pedro, talvez por já compreenderem, por experiência própria, que o mundo “lá fora” pode ser pouco generoso e mesmo violento para jovens como eles. Porém, aprenderam também que o cuidado, as conversas entre si e com os adultos e a delicadeza são maneiras possíveis de dar uma outra resposta mesmo quando alguns teimam em apontar apenas um caminho.

Passados alguns dias, Pedro voltou a frequentar a mesma escola, após longas conversas com a instituição de ensino, e seguiu como uma referência para os jovens que moravam no abrigo. Estava animado com o início de um estágio remunerado e já recebendo elogios pelo seu desempenho. Fazia planos sobre sua vida profissional ao mesmo tempo em que tentava encontrar maneiras de estar perto de seu pai, visitando-o em algum novo lugar na rua. Então, quando retornava ao abrigo, podia falar sobre aquele encontro e do quanto sentia-se penalizado por vê-lo daquela maneira. O pai também o admirava, ele dizia. Na verdade, todos nós admirávamos o jovem Pedro, e ele sabia.

Vemos, a partir desse acontecimento, a representação recorrente do judiciário como o algoz de um grupo social, que supõe de antemão que há um criminoso à sua frente. A juíza e

Pedro encontram-se em lados opostos na hierarquia social e, por essa razão, a audiência se constituiu em um espetáculo, em que os papéis estavam definidos e a sentença – o clímax da história – já conhecida muito antes. A juíza também teve garantido o seu momento, num monólogo carregado de indignação e raiva. Enfim, todos os elementos de uma história ficcional maniqueísta com bandidos e mocinhos em posições bem delimitadas.

Gonçalves Filho (2017) aponta que o racismo enquanto fenômeno histórico e, portanto, social implica uma luta de um grupo contra outro grupo. O ataque direcionado a Pedro não era só a ele, mas para todos aqueles com a sua mesma cor e classe social. O discurso inflamado da juíza era direcionado a todos os jovens negros e pobres que, devido simplesmente à sua existência, eram considerados ameaça aos brancos de classes abastadas. Isso é mais um exemplo do medo e da paranoia sustentando esse discurso social estimulado pela elite, amparado pela classe média e que possui elementos marcantes de marginalização e criminalização.

A parcela significativa da sociedade que assume esse discurso como verdade toma para si também o lugar de vítima e, por essa razão, se encontra autorizada a praticar as maiores injustiças contra aqueles que considera seus inimigos. Assim, sustentada pelo medo e pela projeção, garante a manutenção das desigualdades sociais e raciais que tratam de estigmatizar grande parte de sua população e “justifiquem” a sua exclusão e o seu extermínio. É um processo sem fim de intolerância, pois não há possibilidades de identificação com o outro (Bento, 2014).

Ser impassível frente à pobreza e ao racismo significa, em última instância, ser tragado por um discurso social e uma estratégia política e econômica que referendam qualquer tipo de discriminação e exclusão. Como trabalhadora fui levada a olhar, para depois, escutar; como pesquisadora, decidi escrever.

8. Entre mergulhos, ruínas e fundações: fissuras no sinal fechado

A experiência da escrita é reveladora. Ela é como um mergulho em águas profundas. Águas pouco desbravadas, turvas, e que, às vezes, de tão profundas, nos falta fôlego. É um mergulho que nos deixa atentos, afinal, são águas que não permitem longos períodos imersos. Somos obrigados, de tempos em tempos, a voltar para a superfície, resgatar o fôlego, para que um mergulho intenso ocorra novamente. Às vezes, também buscamos a ajuda de equipamentos extras de sobrevivência, como máscaras e cilindros de oxigênio, para assim, ampliarmos nosso tempo de exploração. Dessa forma, podemos seguir mais confiantes nessas águas muitas vezes desconhecidas e inexploradas.

No caso desta pesquisa, escrevo sobre mergulhos em águas rasas, médias e profundas. No meu trabalho, muito do que hoje chamo de águas rasas e médias, outrora eram as águas mais profundas e inalcançáveis que, com o passar do tempo, passaram a fazer parte do meu cotidiano com muito mais naturalidade e confiança. Mas para isso, precisei de muitas máscaras de mergulho e cilindros de oxigênio que foram fornecidos pelos meus colegas de trabalho, pelas pessoas que atendi e pelas leituras que fiz. Nesta pesquisa, além de todos que citei acima, ainda pude contar com os encontros com professores e colegas de mestrado, que trataram de me ajudar a ir e voltar de mergulhos intensos e, muitas vezes, penosos.

Experiências passadas foram resignificadas, opiniões colocadas em xeque e críticas importantes emergiram. Algumas águas que antes eu imaginava rasas, foram se aprofundando, a ponto de se tornarem, por momentos, desconhecidas novamente. Relembrando os capítulos anteriores, do nascimento de uma pesquisadora foi possível um novo nascimento da trabalhadora. Pesquisadora e trabalhadora que estiveram ora juntas, ora separadas. Seja mergulhando em águas profundas ou caminhando em estradas de tijolos amarelos “(...) *por meio de pedregulhos de indignação, rochas de entorpecimento e labirintos de sentimentos*” (Crônica “*Crônica de uma iniciante*”).

Por vezes, me vi caminhando sob ruínas, como se só houvesse destruição, mas, como escrevo na crônica “2016”, “*talvez não saibam, mas no meio das ruínas encontramos todo o material para levantar novas fundações, novos lugares, novos sonhos*” (Crônica “2016”). Quais novas fundações podem ser levantadas no meio das ruínas? Na época em que escrevi, eu não sabia disso, mas as minhas caminhadas e mergulhos compartilhados me fizeram ver no horizonte a Fundação de Assistência Social e Cidadania. A Fundação que me viu nascer trabalhadora da Assistência Social e que me viu nascer pesquisadora. A Fundação que me

proporcionou encontros de dor e de amor. A Fundação que não está em total ruína, pois seus alicerces ainda estão lá. A fundação e a Fundação somos nós trabalhadores, são aqueles que atendemos, são os espaços de produção de conhecimento que sustentam e estimulam pesquisas como esta – escrita esta que é sustentada pela Fundação, pelos encontros, pelas caminhadas e pelos mergulhos.

Nesta trajetória me deparei, de outras formas, com a pobreza. Um encontro com pitadas de reencontro. Velhas histórias que tinham ares de novidade e descoberta. Reafirmações e revelações na forma de conduzir um caso, de pensar teoricamente, de me despedir de algumas ideias e de poder encarar os tropeços no meio do caminho. A desigualdade social é uma velha conhecida, mas nesta escrita pude encarar os seus aspectos desconhecidos e aprofundar novas questões. Conteí com parceiros de mergulho e caminhadas. Miriam Debieux-Rosa (2004a) que implicou a psicanálise ao falar e discutir as vidas secas pela miséria. Judith Butler (2016) me ajudou a pensar melhor sobre as vidas precárias e não passíveis de luto. Jorge e Emília Broide (2015) me permitiram perceber as ancoragens possíveis quando se vive em situações sociais críticas. Jessé Souza (2017) descortinou o golpe de 2016 e revelou a história do Brasil que não é a oficialmente contada. E tantos outros foram os autores que foram máscaras de mergulho e cilindros de oxigênio. Os grupos de leitoras também fizeram parte dessa exploração, pois revelaram outras nuances na minha escrita e que me deram a oportunidade de ser leitora de mim mesma.

Nos meus encontros com a pobreza foi possível encontrar os vestígios deixados pela elite econômica do país que, em associação com a classe média, incessantemente, reserva aos mais pobres vidas precárias, secas e críticas. Mas também foi possível escutar aqueles que são submetidos a um lugar de não-cidadania. Empréstando a minha voz e a minha escuta, pude respeitar e ver nascer muitas possibilidades de ser no mundo que não só as esperadas e cobradas pelas classes sociais mais privilegiadas.

Contudo, por mais que a pobreza tenha se tornado, em alguns momentos desta escrita, uma desconhecida a ser conhecida, ela ainda me era familiar. Havia algo de natural na sua escrita. Como se no início eu soubesse onde estava caminhando ou estivesse mergulhando em águas rasas. Mesmo que só no início. Com o racismo não foi assim. Desde o primeiro momento, soube que se tratava de mergulhos e caminhadas em águas e estradas inexploradas, desconhecidas. Foi preciso encarar as minhas dificuldades, os meus tropeços, as faltas de fôlego. Reconhecer a miopia, ou mesmo a cegueira em alguns momentos, sobre uma questão que diz respeito à constituição de nossa sociedade, pois como lembrou Jessé Souza (2017), o racismo e seus desdobramentos são um ponto central na formação da sociedade brasileira.

Considerando isso, então, é preciso que a psicanálise brasileira veja e aprenda a escutar melhor sobre o racismo e o branqueamento. Que os seus alicerces, suas fundações não estejam apenas nas teorias do velho continente, da Europa tão distante. Que nossos alicerces e fundações tenham material brasileiro que, como sabemos, pode ser de boa qualidade.

O racismo deixa marcas profundas, como um legado maldito para novas gerações. Reconhecer o racismo brasileiro é um mergulhar em um passado escravocrata, em um presente desafiador e, por vezes, desesperador, e em um futuro que indica novas possibilidades. É o reconhecimento dos maus-tratos, mas também de que alguns olhares e narrativas foram forjados para beneficiar um grupo racial específico. É acreditar em novos olhares e novas narrativas. É fazer-se responsável por esta mudança.

Mas nestas andanças transformadas em escrita não foi só com a pobreza e com o racismo que me encontrei. Nesses outros encontros não tão explorados nesta pesquisa – mas nem por isso casuais e pouco importantes, considerando a necessidade de que, em algum momento de uma caminhada ou mergulho, é preciso escolher qual o trajeto seguir – devo destacar a presença feminina em grande parte destas páginas. Como mulher, trabalhando ou pesquisando, me encontrei com outras mulheres trabalhando, pesquisando, lendo, escrevendo e falando. A sustentação da Fundação é feita por mulheres trabalhadoras – presença maciçamente maior no quadro de funcionários. Característica que no mínimo me faz questionar as razões pelas quais os espaços que promovem o cuidado e a fala são exercidos majoritariamente pelo gênero feminino. Atendemos também na maior parte das vezes mulheres, mesmo que isso possa significar, em certos momentos, um excesso de demandas e de responsabilidades para essas mesmas mulheres. Como referiu uma colega do segundo grupo de leitoras: “são mulheres atendendo mulheres”, mesmo que isso nem sempre signifique compreensão e cuidado. Nos dois grupos de leitoras, na banca de qualificação e defesa do mestrado, nas orientações acadêmicas, um dos pontos de encontro entre eles era o fato de serem constituídos por mulheres. E, mesmo nas fundamentações teóricas, há uma presença feminina marcante.

Considerando essa presença feminina pouco explorada, mas profundamente marcante nesta escrita, devo considerar que meus próximos mergulhos em águas profundas e caminhadas em estradas de tijolos amarelos sejam na direção de um encontro com as questões do feminino.

Há fissuras no sinal fechado. Nos encontros com a pobreza, com o racismo e com o feminino há sempre um momento em que o sinal se abre. Resta-nos ficarmos atentos e mergulhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baum, L. F. (2013). *O mágico de Oz*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1934)
- Benjamin, W. (1984). *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Benjamin, W. (1994). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 197-221). São Paulo: Brasiliense.
- Bento, M. A. (2014). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bicudo, V. L. & Maio, M. C. (Org.). (2010). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo, SP: Editora Sociologia e Política.
- Birman, J. (1996). O sujeito na leitura. In J. Birman, *Por uma estilística da existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte* (pp. 53-68). São Paulo, SP: Ed. 34.
- Bloch, E. (2005). *O Princípio Esperança*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.
- Borges, R. (2017). Prefácio. In N. M. Kon, C. C. Abud & M. L. Silva (Orgs.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 7-14). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Broide, J. & Broide, E. E. (2015). *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. São Paulo, SP: Escuta.
- Butler, J. (2016). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Candido, A. (1981). A vida ao rés-do-chão. In C. D. de Andrade, R. Braga, P. M. Campos & F. Sabino (Orgs.), *Para gostar de ler: crônicas* (vol. 5, pp. 13-22). São Paulo, SP: Ática.
- Cazuza, Ezequiel & Leoni (1985). Exagerado [Gravado por Cazuza]. In *Exagerado* [CD]. Rio de Janeiro: Som Livre
- Cyrulnik, B. (2009). *Autobiografia de um espantalho: Histórias de resiliência: O retorno à vida*. São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes.
- Endo, P. C. (2005). *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo, SP: Escuta/Fapesp.
- Foucault, M. (2006). A vida dos homens infames. In M. Foucault, *Estratégia, poder-saber* (pp. 203-222) Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, BA: EDUFBA.

- Freire, P. (1987) *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Gagnebin, J. M. (2009). *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Gonçalves Filho, J. M. (2017) A dominação racista: o passado presente. In N. M. Kon, C. C. Abud & M. L. Silva (Orgs.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 143-159). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Jesus, C. M. de (2014). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo, SP: Ática. (Trabalho original publicado em 1960)
- Julien, P. (2000) *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Kehl, M. R. (2000). O sexo, a morte, a mãe e o mal. In A. Nestrovski & M. Seligmann-Silva (Ed.), *Catástrofe e Representação* (pp. 137-148) São Paulo: Escuta.
- Kon, N. M. (2017) À guisa de apresentação: por uma psicanálise brasileira. In N. M. Kon, C. C. Abud & M. L. Silva (Orgs.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. (pp. 15-29) São Paulo, SP: Perspectiva.
- Latuff, C. (2018). *Sinal fechado*. Porto Alegre.
- Levi, P. (1988). *É isto um homem?* Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Marques, M. O. (2011). *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Munanga, K. (2017). As ambiguidades do racismo à brasileira. In N. M. Kon, C. C. Abud & M. L. Silva (Orgs.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 33-44). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Musatti-Braga, A. P. (2015). *Os muitos nomes de Silvana – contribuições clínico-políticas da Psicanálise sobre mulheres negras* (Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de www.teses.usp.br.
- Petit, M. (2013). *Leituras: do espaço íntimo ao espaço público*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Ribeiro, J. U. (2001). Memória de Livros. Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA). Ministério da Educação/Brasil.
- Rosa, M. D. (2004a). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. In Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org.), *Adolescência: Um problema de fronteiras* (pp. 148-161). Porto Alegre, RS: APPOA.
- Rosa, Miriam Debieux (2004b) A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 6(2), 329-348.
- Rosa, M. D. & Vicentin, M. C. (2010). Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia Política*, 10(19), 107-124.

- Rosa, M. D. (2015). *Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento* (Tese livre-docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo).
- Santos, J. L. da C. (2016). A crônica como um espaço itinerante da cidade. In: I. Travancas & S. G. Nogueira (Orgs.), *Antropologia da comunicação de massa* (pp. 95-111). Campina Grande, SP: EDUEPB.
- Scarpato, M. de L. D. & Poli, M. C. (2010). Psicanálise e assistência social. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Orgs.), *Políticas Públicas e Assistência Social – Diálogos com as práticas psicológicas* (pp. 124-150) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Silva Júnior, M. R. (2017). Racismo, uma leitura In N. M. Kon, C. C. Abud & M. L. Silva (Orgs.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 161-178). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Souza, J. (2009). *A Ralé Brasileira*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro, RJ: Leya.
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.
- Tabacof, H. (2017) Dessemelhanças e Preconceitos. In N. M. Kon, C. C. Abud & M. L. Silva (Orgs.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 45-55). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Torossian, S. D. (2011). Conta outra vez? Literatura em oficinas no campo da saúde coletiva. In Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org.). *Psicanálise e intervenções sociais* (pp. 163-183). Porto Alegre, RS: APPOA.
- Vannuchi, M. B. C. C. (2017). A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira. In N. M. Kon, C. C. Abud & M. L. Silva (Orgs.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 59-70). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Wacquant, L. (2007). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]*. Rio de Janeiro, RJ: Revan.
- Wacquant, L. (2008). A segurança criminal como espetáculo para ocultar a insegurança social: entrevista com Loïc Wacquant. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(1), 319-329.
- Zilberman, R. (2008). Recepção e Leitura no Horizonte da Literatura. *ALEA*, 10(1), 85-97.